

Relatório de Gestão.2020



CFA

Conselho Federal de
Administração

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CFA - Conselho Federal de Administração

CRA – Conselho Regional de Administração

CAF – Câmara de Administração e Finanças

CFR - Câmara de Fiscalização e Registro

CFP - Câmara de Formação Profissional

CCM - Câmara de Comunicação e Marketing

CRIE - Câmara de Relações Internacionais e Eventos

CEPE - Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos

CGP - Câmara de Gestão Pública

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura – Organograma	9
Figura – Modelo de Negócio	23
Figura - Mapa Estratégico	24
Planilha - Coleta Planejamento Estratégico 2020	25
Gráfico – Alocação de Recursos	30
Tabela – Gestão de Risco	31
Gráfico – Demandas recebidas por categoria	42
Tabela – Detalhamento da Despesa por grupo e elemento de despesa	43
Gráfico – Evolução da Despesa	44
Tabela – Execução descentralizada	45
Tabela – Comparativo receitas mensais 2020	46
Gráfico – Evolução da Receita	46
Gráfico – Evolução da Despesa X Receita	47
Tabela – Demonstrativo do quadro de pessoal do CFA	48
Tabela – Movimentação do Quadro de Pessoal do CFA	48
Gráfico – Força de trabalho de acordo com a faixa etária	48
Gráfico -Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a faixa etária	48
Tabela – Qualificação da força de trabalho	49
Gráfico – Solicitações de compra	50
Gráfico – Valor gasto por modalidade	51
Gráfico – Relação de despesa X modalidade de aquisição	51

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Balanço Orçamentário	61
Anexo II – Balanço Patrimonial	63
Anexo III – Variações Patrimoniais.....	65
Anexo IV – Fluxo de Caixa	67
Anexo V – Balanço Financeiro.....	68
Anexo VI – Comparativo da Receita.....	70
Anexo VII – Comparativo da Despesa Empenhada.....	73
Anexo VIII – Notas Explicativas	77

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviações.....	2
Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras.....	3
Lista de anexos.....	4
2. Mensagem do dirigente máximo da unidade	6
3. Capítulo 01 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	8
4. Capítulo 02 – Governança, Estratégia e Alocação de Recurso	24
5. Capítulo 03 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas	30
6. Capítulo 04 – Resultados e Desempenho da Gestão	38
7. Capítulo 05 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	54
8. Outras informações relevantes	59

2. Mensagem do dirigente máximo da unidade

O Conselho Federal de Administração (CFA) é um órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão de Administrador. Ele é responsável por controlar e fiscalizar as atividades financeiras e administrativas do Sistema CFA/CRAs cuja missão é promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.

Assim como os demais conselhos de profissões regulamentadas, o CFA foi criado por lei federal (Lei n.º 4.769 de 1965) e, portanto, possui natureza autárquica. Juridicamente, ele possui personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. A sua responsabilidade principal é a de velar pelo interesse da coletividade, exercendo a supervisão técnica e ética do exercício de seus profissionais registrados.

Em resumo, a missão de um conselho profissional é defender a profissão e proteger a sociedade dos maus profissionais. E, apesar de não integrarem o Orçamento Geral da União, uma vez que essas autarquias têm arrecadação própria, eles estão sob fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Todos os anos, devemos prestar contas das nossas atividades para o TCU. As ações que realizamos em 2020 estão contidas aqui neste relatório. Ele traz, em detalhes, as entradas e saídas. Porém, não apenas isso. Por meio dele, mostramos que alcançamos os resultados que eram esperados dentro do nosso planejamento estratégico e que as nossas ações foram realizadas em conformidade com as regras e dispositivos legais.

Em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, tivemos que fazer alguns ajustes no orçamento. Pausamos alguns projetos, adiamos eventos e criamos um programa de demissão voluntária que teve uma boa adesão. Essas ações ajudaram a equilibrar nossas finanças em um dos momentos mais delicados da história do mundo.

Entretanto, mesmo com todos os desafios que o ano anterior nos trouxe - adversidades estas que continuam a nos acompanhar em 2021 com a segunda onda do novo coronavírus - não diminuimos nosso ritmo de trabalho. Na gestão compartilhada, todos os membros do CFA foram - e ainda são - estimulados a pensar estrategicamente.

Com essa proposta, os diretores passaram a ter autonomia para desenvolver seus projetos e o presidente assumiu uma postura de coordenação e liderança. Evidente que isso exigiu de todos uma corresponsabilidade, pois as decisões foram compartilhadas. Contudo, esse modelo também trouxe muito mais transparência e a descentralização da gestão proporcionou confiança e liberdade a todos da equipe.

E foi essa gestão que conseguiu enfrentar 2020 com a cabeça erguida, segura e firme. Ao aderir aos novos formatos de trabalho, a autarquia não parou diante das dificuldades e se valeu da tecnologia para dar sequências às suas atividades com entregas acima da média. Foi preciso ousadia para enfrentar tudo isso e as nossas próprias limitações. Porém, lutamos, nos superamos, vencemos.

As ações relatadas aqui neste relatório foram voltadas para o fortalecimento do tripé fiscalização, registro e cobrança. Esse tripé é o “*core business*” do Sistema CFA/CRA. É importante reforçar que as atividades que adotamos vão além do aspecto normativo e fiscalizador: estamos voltados para o movimento da sociedade na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Abraçados a esse compromisso, estamos debruçados na Fiscalização, seja ela punitiva ou orientativa. Este relatório é uma prestação de contas não só ao TCU, mas por meio dele também nos voltamos para os mais de 400 mil profissionais de Administração registrados no Sistema CFA/CRA e que esperam de nós um compromisso responsável e ético com a profissão.

Uma boa leitura!

Administrador Mauro Kreuz
Presidente do Conselho Federal de Administração

3. Capítulo 01 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

3.1. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Administração (CFA) é um órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão, sediado na capital federal, responsável por controlar e fiscalizar as atividades financeiras e administrativas do Sistema Conselhos Federal e Regionais de Administração.

Criado pela Lei nº 4769, de 09/09/1965, a autarquia, com sede em Brasília/DF, tem por finalidade:

- Propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução.
- Orientar e disciplinar o exercício da profissão de Administrador.
- Elaborar seu regimento interno.
- Dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais.
- Examinar, modificar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais.
- Julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos CRAs.
- Votar e alterar o Código de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução, ouvidos os CRAs.
- Aprovar anualmente o orçamento e as contas da autarquia.
- Promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País.

O Conselho Federal de Administração e os 27 Conselhos Regionais de Administração, sediados em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal compõem o Sistema CFA/CRAs.

Cada Conselho Regional tem por finalidade:

- Dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal.
- Fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão.
- Organizar e manter o registro do profissional de Administração.
- Julgar as infrações e impor as penalidades referidas na Lei nº 4.769/65.
- Expedir as Carteiras Profissionais.
- Elaborar o seu Regimento para exame e aprovação pelo CFA.

3.2. Identificação da entidade

O Conselho Federal de Administração é uma Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira criada pela Lei nº 4.769, de 09/09/1965.

3.3. Missão, Visão e Valores

Missão

Promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.

Visão

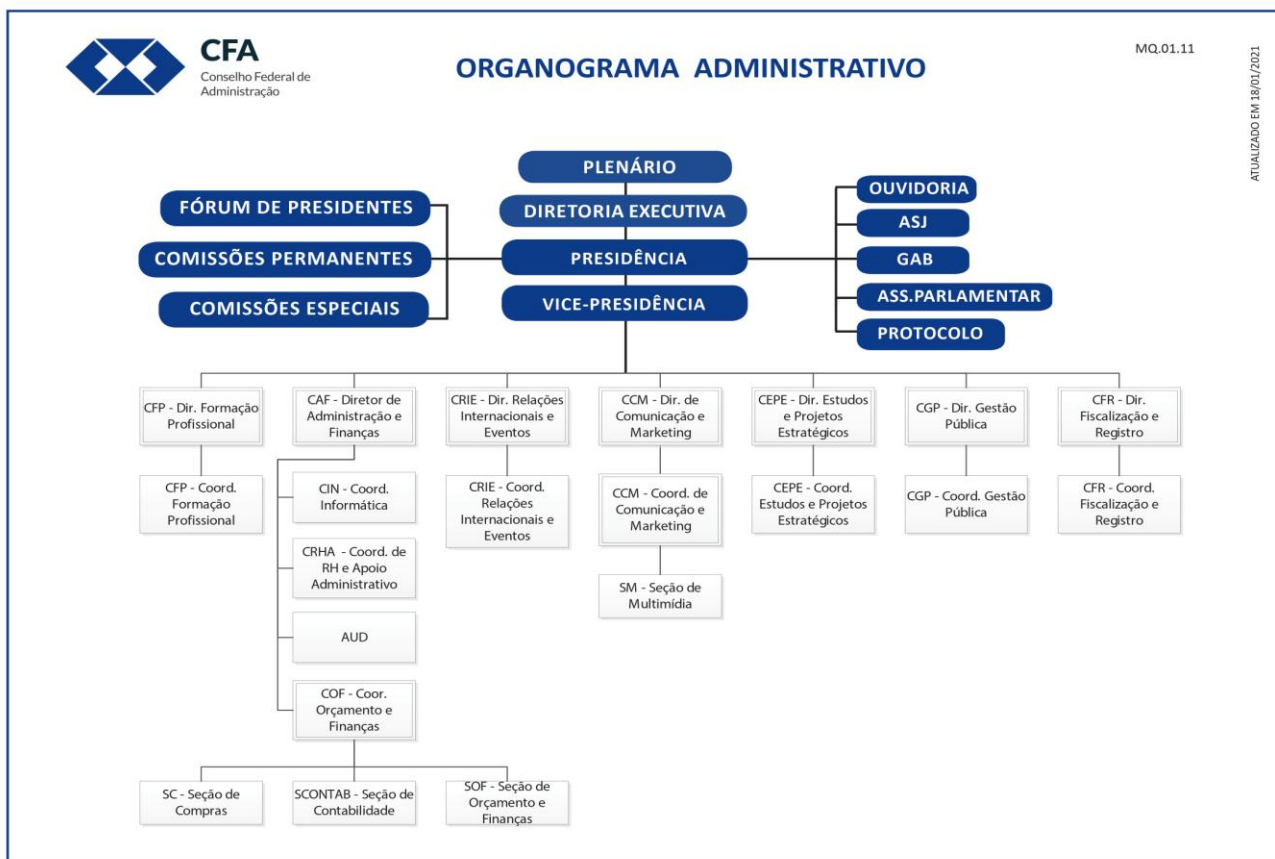
Ser uma entidade reconhecida pela sociedade, capaz de assegurar a atuação plena dos profissionais de Administração.

Valores

Ética, Competência, Inovação, Valorização da Profissão e Participação.

3.4. Organograma

Figura- Organograma



O Conselho Federal de Administração tem em sua estrutura:

- I - Plenário;
- II- Presidência;
- III- Vice-Presidência;
- IV- Diretoria Executiva;
- V- Câmaras;
- VI- Ouvidoria;
- VII- Comissões Permanentes e Especiais;
- VIII- Fórum de Presidentes.

O Plenário do CFA é composto por 27 Conselheiros Federais Efetivos e seus respectivos Suplentes, eleitos diretamente pelos Administradores e Tecnólogos.

A duração do mandato de cada Conselheiro é de 4 anos, permitida uma reeleição. A renovação do Plenário do CFA é de 1/3 e 2/3, alternadamente, a cada biênio.

Dirigente:	Fábio Mendes Macêdo	Ângela Maria Bessa Fleming
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-AC nº 0110	CRA-AC nº 7
Jurisdição:	Estado do Acre	Estado do Acre
CPF:	***.347.902-**	***.821.332-**

Dirigente:	Carolina Ferreira Simon Maia	José Ediberto de Omena
Cargo:	Conselheira Federa Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2017 a 2020	2017 a 2020
Registro:	CRA-AL nº 1-1076	CRA-AL nº 1-0147
Jurisdição:	Estado de Alagoas	Estado de Alagoas
CPF:	***.997.224-**	***.521.594-**

Dirigente:	José Celeste Pinheiro	David Souza Góes
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2017 a 2020	2017 a 2020
Registro:	CRA-AP nº 0-00009	CRA-AP nº 0-00007
Jurisdição:	Estado do Amapá	Estado do Amapá
CPF:	***.704.038-**	***.647.572-**

Dirigente:	José Carlos de Sá Colares	Maria de Nazaré de M. Campos
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-AM nº 1506	CRA-AM nº 1-872
Jurisdição:	Estado do Amazonas	Estado do Amazonas
CPF:	***.796.402-**	***.583.932-**

Dirigente:	Roberto Ibrahim Uehbe	Waldeck Brandão Uzeda e Silva
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-BA nº 4324	CRA-BA nº 3752
Jurisdição:	Estado da Bahia	Estado da Bahia
CPF:	***.088.635-**	***.703.725-**

Dirigente:	Francisco Rogério Cristino	Roberto Capelo Feijó
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-CE nº 1904	CRA-CE nº 2585
Jurisdição:	Estado do Ceará	Estado do Ceará
CPF:	***.211.303-**	***.840.043-**

Dirigente:	Carlos Alberto Ferreira Júnior	Roberto Giraldi
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-DF nº 10699	CRA-DF Nº 22346
Jurisdição:	Distrito Federal	Distrito Federal
CPF:	***.525.141-**	***.529.221-**

Dirigente:	Hércules da Silva Falcão	Manoel Carlos Rocha Lima
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-ES nº 0058	CRA-ES nº 3690
Jurisdição:	Estado do Espírito Santo	Estado do Espírito Santo
CPF:	***.334.506-**	***.943.947-**

Dirigente:	Ivany Rosa de Oliveira
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva
Mandato:	2017 a 2020
Registro:	CRA-GO nº 0313
Jurisdição:	Estado de Goiás
CPF:	***.644.821-**

Dirigente:	Aline Mendonça da Silva	Jorge Henrique M. Cavalcante
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2017 a 2020	2017 a 2020
Registro:	CRA-MA nº 2015	CRA-MA nº 2015
Jurisdição:	Estado do Maranhão	Estado do Maranhão
CPF:	***.948.182-**	***.087.023-**

Dirigente:	Norma Sueli Costa de Andrade	Luís César Simões de Arruda
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2017 a 2020	2019 a 2020
Registro:	CRA-MT nº 21	CRA-MT nº 39
Jurisdição:	Estado do Mato Grosso	Estado do Mato Grosso
CPF:	***.389.101-**	***.860.321-**

Dirigente:	Gracita Hortência dos S. Barbosa	Agenor Mattiello
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2017 a 2020	2017 a 2020
Registro:	CRA-MS nº 1862	CRA-MS nº 6385
Jurisdição:	Estado do Mato Grosso do Sul	Estado do Mato Grosso do Sul
CPF:	***.603.721-**	***.687.000-**

Dirigente:	Gilmar Camargo de Almeida	Maria do Rosário M. da Silva
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	Mandato 2017 a 2020	Mandato 2017 a 2020
Registro:	CRA-MG nº 5285	CRA-MG nº 01-016075
Jurisdição:	Estado de Minas Gerais	Estado de Minas Gerais
CPF:	***.437.786-**	***.458.756-**

Dirigente:	Mauro dos Santos Leônidas	Maria José Buchalle Silva
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-PA nº 3127	CRA-PA nº 7833
Jurisdição:	Estado do Pará	Estado do Pará
CPF:	***.949.202-**	***.112.132-**

Dirigente:	Marcos Kalebbe Saraiva Maia	Ednaldo Flor da Silva
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-PB nº 3126	CRA-PB nº 2732
Jurisdição:	Estado da Paraíba	Estado da Paraíba
CPF:	***.474.794-**	***.052.644-**

Dirigente:	Amilcar Pacheco dos Santos	Sandro Morais de Medeiros
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-PR nº 2971	CRA-PR nº 20-14717
Jurisdição:	Estado do Paraná	Estado do Paraná
CPF:	***.877.609-**	***.844.599-**

Dirigente:	José Carlos Gomes de Souza	Mychel Cosme de A. P. Barreto
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-PE nº 4681	CRA-PE nº 7535
Jurisdição:	Estado de Pernambuco	Estado de Pernambuco
CPF:	***.911.434-**	***.747.064-**

Dirigente:	Pedro Alencar Carvalho Silva	Evandro Tajra Hidd
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-PI nº 7	CRA-PI nº 62
Jurisdição:	Estado do Piauí	Estado do Piauí
CPF:	***.934.953-**	***.450.736-**

Dirigente:	Wagner Huckleberry Siqueira	Jorge Humberto M. Sampaio
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-RJ nº	CRA-RJ nº 20-26201
Jurisdição:	Estado do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro
CPF:	***.298.747-**	***.405.327-**

Dirigente:	Ione Macêdo de M. Salem
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva
Mandato:	Mandato 2017 a 2020
Registro:	CRA-RN nº 001
Jurisdição:	Estado do Rio Grande do Norte
CPF:	***.198.694-**

Dirigente:	Cláudia de Salles Stadtlober	Rogério de Moraes Bohn
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-RS nº 16577	CRA-RS nº 14226
Jurisdição:	Estado do Rio Grande do Sul	Estado do Rio Grande do Sul
CPF:	***.230.120-**	***.417.940-**

Dirigente:	André Luís Saoncela da Costa
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo
Mandato:	Mandato 2017 a 2020
Registro:	CRA-RO nº 0923
Jurisdição:	Estado de Rondônia
CPF:	***.989.218-**

Dirigente:	Ellen Regina dos Santos Lobo	Emerson Clayton Arantes
Cargo:	Conselheira Federal Efetiva	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-RR nº 3-540	CRA-RR nº 3265
Jurisdição:	Estado de Roraima	Estado de Roraima
CPF:	***.795.002-88	***.079.146-**

Dirigente:	Ildemar Cassias Pereira	Angelita Bays
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	Mandato 2017 a 2020	Mandato 2017 a 2020
Registro:	CRA-SC nº 2640	CRA-SC nº 7335
Jurisdição:	Estado de Santa Catarina	Estado de Santa Catarina
CPF:	***.209.239-**	***.337.339-**

Dirigente:	Mauro Kreuz	Teresinha Covas Lisboa
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheira Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-SP nº 85872	CRA-SP nº 18974
Jurisdição:	Estado de São Paulo	Estado de São Paulo
CPF:	***.887.350-**	***.585.428-**

Dirigente:	Diego Cabral Ferreira da Costa	Carlos M. C. Eloy dos S. Filho
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo	Conselheiro Federal Suplente
Mandato:	2019 a 2022	2019 a 2022
Registro:	CRA-SE nº 203501	CRA-SE nº 2189-01
Jurisdição:	Estado de Sergipe	Estado de Sergipe
CPF:	***.612.021-**	***.571.195-**

Dirigente:	Rogério Ramos de Souza
Cargo:	Conselheiro Federal Efetivo
Mandato:	2019 a 2022
Registro:	CRA-TO nº 011
Jurisdição:	Estado do Tocantins
CPF:	***.502.111-**

O CFA adota o modelo de gestão por Câmaras, cada qual com suas competências estabelecidas no Regimento.

As Câmaras são compostas por no mínimo dois e no máximo três Conselheiros Federais Efetivos eleitos pelo Plenário, para exercerem mandatos de dois anos.

- Câmara de Administração e Finanças • CAF
- Câmara de Fiscalização e Registro • CFR
- Câmara de Formação Profissional • CFP
- Câmara de Comunicação e Marketing • CCM
- Câmara de Relações Internacionais e Eventos • CRIE

- Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos • CEPE
- Câmara de Gestão Pública • CGP

Cada Câmara possui um Diretor que juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente do CFA, eleitos pelo Plenário, para mandato de dois anos, compõem a Diretoria Executiva do CFA.

- Presidente – Adm. Mauro Kreuz
- Vice-Presidente – Adm. Rogério Ramos de Souza
- Diretor Administrativo e Financeiro – Adm. Francisco Rogério Cristino
- Diretor de Fiscalização e Registro – Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior
- Diretora de Formação Profissional – Adm. Cláudia de Salles Stadtober
- Diretor de Relações Internacionais e Eventos – Adm. Gilmar Camargo de Almeida
- Diretora de Estudos e Projetos Estratégicos – Adm. Gracita Hortência dos Santos

Barbosa

- Diretor de Gestão Pública – Adm. Fábio Mendes Macedo

O CFA dispõe ainda de Comissões Permanentes, eleitas pelo Plenário para mandato de dois anos e Comissões Especiais, estas últimas, constituídas por ato administrativo da Presidência do CFA.

Comissões Permanentes

- Comissão Permanente de Planejamento Estratégico • CPPE
- Comissão Permanente de Regimentos do Sistema CFA/CRA • CPR
- Comissão Permanente Eleitoral • CPE
- Comissão Permanente do Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração • CPPRODER
- Comissão Permanente de Análise de Contas • CPAC
- Comissão Permanente de Licitação • CPL
- Comissão Permanente de Ética e Disciplina • CPED

3.5. Principais canais de comunicação com a sociedade (ouvidoria, acesso à informação e outros meios implementados pela organização)

REDES SOCIAIS

Na era digital, o CFA acompanha os movimentos nas redes sociais. A autarquia está presente nas principais plataformas – Facebook, Twitter, LinkedIn e Instagram. Com uma estratégia voltada para conteúdos que envolvem profissionais e estudantes de Administração, os perfis do CFA se reformularam. A página da autarquia no Facebook chegou a meio milhão de seguidores e com uma atualização diária disponibiliza conteúdos específicos para a profissão. Já em seu perfil no Instagram, que tem mais de 81 mil seguidores, as publicações também são voltadas para o profissional de Administração; além de fotos e curiosidades, há também a integração com o IGTV, uma espécie de TV do Instagram, na qual os vídeos do CFAPlay são exibidos e o Reels, que é um espaço destinado a vídeos curtos, com duração de apenas quinze segundos, mas que passam com rapidez e qualidade as informações necessárias. Ainda no

Instagram, periodicamente são realizadas *lives*, que são transmissões de vídeos ao vivo, em que os profissionais e estudantes de Administração acompanham, em tempo real, diversos debates, palestras e bate-papos e podem interagir enviando perguntas e comentários para os jornalistas e demais convidados. Na maior plataforma de *networking* profissional do mundo, o LinkedIn, rede destinada a negócios, o CFA também está presente e já possui um público de mais de 15 mil seguidores. Já a conta no Twitter foi a novidade de 2020: o CFA entrou na plataforma no mês de fevereiro e já alcançou a marca de mais de duas mil pessoas seguindo a autarquia. Todos os perfis unificam os meios de comunicação – CFAPlay, Rádio ADM e o Portal CFA –, trazendo mais interatividade com as informações para os profissionais e os estudantes de Administração. Além disso, a diversidade nas modalidades de comunicação disponíveis nas redes sociais alcança um público cada vez maior e coloca o Sistema CFA/CRA em evidência para o público que acompanha as atualizações diárias.

Portal do CFA (www.cfa.org.br)

Um Conselho sem um portal atualizado na internet é uma casa invisível aos olhos do administrador e da sociedade. Sites e portais são as vitrines dos projetos e ações do Sistema CFA/CRA e é por isso que a Câmara de Comunicação e Marketing se preocupa tanto com o formato e apresentação destes. O resultado foi mais de 456 mil acessos durante o ano de 2020.



mais de **398 mil** usuários



mais de **81 mil** usuários



mais de **2.600 mil** usuários



mais de **71 mil** usuários

3.6. Fatos externos relevantes:

Comissão Especial de Ação Parlamentar

O ano de 2020 foi um ano atípico para o Sistema CFA/CRA, especialmente, por conta da pandemia e do fechamento do Congresso Nacional.

O CFA continuou atuando junto aos congressistas por meio de videoconferências e pelo estímulo aos conselheiros nos estados e DF a contatar os parlamentares diretamente nas bases, visando garantir o fortalecimento da Administração e a aprovação dos projetos prioritários do Sistema.

Ademais, realizamos trabalhos internos, com a ajuda da assessoria contratada na análise e atualização dos diversos projetos e emendas no parlamento, definindo prioridades de acompanhamento e abordagem.

Em se tratando da Sessão Solene, agendada para ocorrer em setembro de 2020, a mesma foi cancelada conforme regras do isolamento social imposto.

Avaliação dos resultados da Câmara de Formação Profissional (CFP) no exercício de 2020, em face dos recursos alocados no orçamento do Conselho Federal:

Perspectiva: “Stakeholders (Partes Interessadas)” do Planejamento Estratégico 2019 -2022

Objetivo: Apoiar institucionalmente o fortalecimento das MPEs e do empreendedorismo.

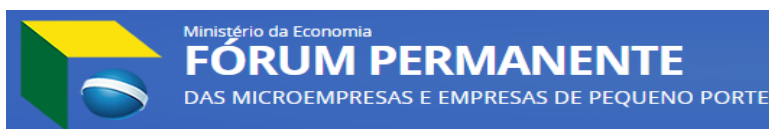
Estratégia: Participar, ativamente, em âmbito municipal, estadual e nacional, de Fóruns relacionados ao empreendedorismo e a inovação.

Meta: participar de todas as interações organizadas pela Coordenação do FPMPE agendadas para 2020.

O CFA integra o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE desde 2011, criado pela Lei Complementar nº 123/2006 e, neste contexto, para além do cumprimento das finalidades de *"propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução"* e de *"promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do país"*, consignadas nas alíneas "a" e "i" do artigo 7º da Lei 4.769/1965, respectivamente, a Autarquia cumpre com sua função social no momento em que desenvolve ações no sentido de capacitar Administradores para atuarem no importante segmento das Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).

Neste sentido, a participação do CFA no FPMPE está alinhada à missão do Sistema CFA/CRAs de *"valorizar as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do País"*.

O CFA participou de 10 (dez) Reuniões do Fórum Permanente das MPEs, o qual tem como objetivo *"Orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação"*.



Estratégia: Celebrar acordos de cooperação com entidades relacionadas ao empreendedorismo e a inovação.

Meta: complementar a capacitação dos integrantes da Rede Nacional de Administradores Consultores de MPEs até dezembro de 2020.

AÇÕES DO COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA DO FPMPE

A CFP Coordena desde janeiro de 2019 o Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora (CT 5) do FPMPE, e por consequência, foram adotadas ações no sentido de que o tema empreendedorismo faça parte do currículo dos cursos da educação fundamental e básica, de forma transversal, nas várias disciplinas, oferecidas em atendimento ao Parecer da Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação nº 13/2010.

O CT 5 defendeu, diante do FPMPE, proposições no sentido de que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, até então fundamentadas pela Resolução CNE/CES nº 4/2005, considerassem conteúdos e o desenvolvimento de competências voltadas para o contexto das MPEs.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO ENTRE O CFA E O BANCO DO BRASIL

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CFA e o Banco do Brasil, assinado no dia 05/12/2019 – documento Sei nº (0393265), tem como objetivo *“Integrar ações para oportunizar a qualificação de Administradores, em dia com suas obrigações junto ao CRA onde se encontram registrados, para oferecer orientações técnicas de acordo com as necessidades específicas dos empreendedores **do segmento das MPEs**, voltadas ao desenvolvimento de seus negócios”*.

Os vídeos produzidos pelo CFA, utilizando a expertise da Câmara de Formação Profissional e da Câmara de Comunicação e Marketing, foram gravados com a equipe técnica do Banco do Brasil e disponibilizados no último trimestre de 2020 para os Administradores Consultores de MPEs, capacitados pelo Programa de Formação e Capacitação de Multiplicadores de Conhecimentos em MPEs, mediante a Plataforma ACAdm. A ação tem como meta complementar o curso oferecido pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, FIRMADO ENTRE O CFA E A UNIÃO

O Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre o CFA e a União no dia 06/12/2019 – documento Sei nº (0402890), por intermédio do Ministério da Economia, representado pela Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviço e Inovação/Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato (SEMPE).

Objetivo do ACT: *“capacitar Administradores registrados e adimplentes em CRAs, em práticas gerenciais voltadas ao fortalecimento de micro e pequenos negócios (MPEs), em benefício da sociedade”*.

A interação do CFA nas discussões sobre as estratégias do órgão responsável pelo apoio às MPEs, ou seja, diante do Poder Público, contribuem para defender os espaços dos Profissionais de Administração.

A Autarquia cumpre com sua função social no momento em que:

- desenvolve ações de capacitação de Administradores para atuarem no importante segmento das MPEs;
- atende os microempreendedores brasileiros, em um contexto complexo e com efeitos adversos, considerando os impactos da pandemia Covid 19.

Tendo em vista a demanda reprimida (oferta reduzida de profissionais com conhecimentos em MPEs x aumento da demanda por gestão profissional), os Profissionais de Administração, com registro em CRA, se fazem cada vez mais necessários e, ainda, considerando os impactos da pandemia Covid 19, tanto para os microempreendedores quanto para os profissionais de Administração. Para além da capacitação de Administradores, o investimento da Autarquia, neste sentido, beneficia a sociedade.

Estratégia - intensificar e aprimorar o programa de capacitação para profissionais de administração, em sua atuação como consultores.

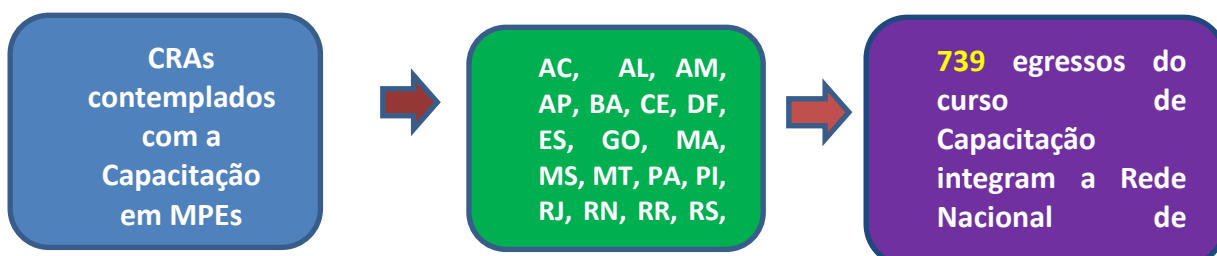
Em 2020 o CFA, por meio dos CRAs do Acre, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, entregou os certificados de extensão, registrados na Fundação Instituto de Administração (FIA), para 330 (trezentos e trinta) Administradores com registros ativos nos respectivos CRAs.

Os Administradores aprendem técnicas e abordagens fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento dos micro e pequenos negócios. O escopo do programa busca transformar seus respectivos egressos em agentes multiplicadores de conhecimentos em gestão de MPEs

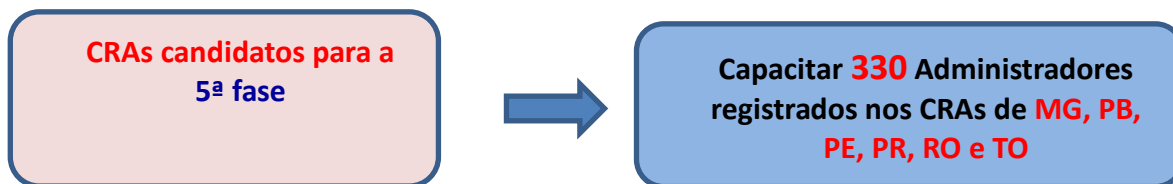
A avaliação dos impactos das consultorias realizadas pelos Administradores matriculados na 4ª fase do programa junto às MPEs atendidas foi positiva, considerando os seguintes resultados:

- **100% dos microempresários consultados** disseram que as sugestões da consultoria trouxeram **resultados positivos** para a empresa.
- **Das empresas que não implantaram as recomendações, 30% disseram que todas as sugestões ainda poderiam ser implantadas;**
- **60% declararam que** algumas poderiam ser implantadas e 10% não souberam responder.
- Quando perguntado como avaliavam os resultados da consultoria, **73,91% declararam como ótimo;**

Entrega do CFA em 2020:



Meta do CFA para 2021:



Devido os efeitos da pandemia Covid 19, no que se refere ao orçamento do CFA em 2020, não houve destinação de recursos para a capacitação de Administradores no exercício. O projeto encontra-se em fase de ajustes quanto à metodologia e a proposição é no sentido de oferecer o curso nos CRAs de MG, PB, PE, PR, RO e TO, a partir de janeiro de 2021.

Objetivo: Interagir com o sistema educacional para fomentar a qualidade formativa e a divulgação da profissão.

Estratégia: Promover e aproximar o Sistema CFA/CRAs junto às IES e intensificar as parcerias, visando gerar impactos positivos aos profissionais de Administração.

- **Investimento executado:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- **Resultado:** o CFA prestou apoio ao 31º Enangrad - realizado no período de 4 a 6 de dezembro de 2020, na Escola Superior de Propaganda e Marketing (São Paulo – SP) -, no formato híbrido (presencial voltado exclusivamente para palestrantes e convidados e virtual, aberto para os docentes e associados).

Estratégia: Intensificar as parcerias com entidades vinculadas ao ensino e a formação profissional em Administração.

- **Investimento executado:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- **Resultado:** Concessão do Prêmio “Belmiro Siqueira” de Administração na modalidade “Artigo Acadêmico” em 2020, os quais abordaram o tema: **“Gestão em Tempos de Crise”, considerando os impactos da pandemia Covid 19 nas organizações e sociedade.**

Estratégia: Monitorar e acompanhar os egressos em Administração.

Novas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração

Da união de esforços da Autarquia e da comunidade acadêmica de Administração, e de outros importantes parceiros, resultaram inúmeras vitórias, que tiveram como objetivo, inclusive, a não descaracterização dos cursos de graduação em Administração, reforçando o debate da matéria em âmbito nacional, à luz da interpretação das tendências do mercado de trabalho, obtidas mediante a realização sistemática de pesquisas científicas.

Podemos destacar como resultado desses esforços, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, no dia 10 de julho de 2020, do Parecer CNE/CES nº 438, que trata das Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Administração – o qual ainda aguarda homologação do Ministério da Educação -, marco legal fundamental para a estruturação dos cursos que formam os profissionais de Administração, documento intitulado “Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Administração”.

Encontros entre o Sistema CFA/CRA e Instituições de Educação Superior (lives)

Ainda considerando a estratégia de interagir com a comunidade acadêmica, a CFP representou o CFA em mais de 25 eventos (lives), que abordaram a instituição da nova base legal que orienta a estruturação dos cursos de Bacharelado em Administração, que estão alicerçadas por competências e enfatiza o processo de ensino-aprendizagem para a formação do profissional, que devem ser oferecidos em ambiente com interface digital, com suporte pedagógico para os docentes.

A CFP, em conjunto com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração emvidou todos os esforços possíveis no de defender junto ao Poder Público (Conselho Nacional de Educação) a realização, nos últimos semestres do curso, de atividades obrigatórias, devidamente supervisionadas (acompanhamento técnico/profissional), que constituam prática profissional em Administração e que, portanto, atendam aos objetivos da formação, como única atividade de aprendizagem de competências, com exceção do trabalho final de curso.

Nos encontros com a Comunidade Acadêmica a CFP defendeu proposições no sentido de que a mudança fundamental na estratégia dos cursos de Administração de vanguarda consiste em distanciar-se das aulas expositivas, sem contextualização com a realidade do mundo dos negócios, para aproximar-se de programas que utilizem como ferramentas as tecnologias de informática e comunicações, aplicativos avançados, com conhecimento técnico em rede de computadores, desenvolvimento de *softwares*, aprendizado interativo, além de viabilizar a formação de empresas juniores em suas estruturas físicas, metodologias que levem o aluno a exercerem as funções da Administração, para as quais deve estar apto ao concluir o curso superior de Administração.

Perspectiva “Conhecimento e Inovação”

Objetivo: Disseminar e Consolidar a Universidade Corporativa.

Estratégia: Utilizar ferramentas de EAD para capacitar os profissionais de administração e os colaboradores (da autarquia)

Academia Corporativa da Administração (ACAAdm)

Em 2020, considerando o projeto básico da **Academia Corporativa da Administração (ACAAdm)** desenvolvido pela CFP, a Câmara de Comunicação e Marketing do CFA desenvolveu ações no sentido de disponibilizar a plataforma que tem como objetivo capacitar os profissionais registrados nos CRAs, além de promover a interação da comunidade profissional e divulgar as ações e projetos desenvolvidos pelo Sistema CFA/CRA neste sentido.

O site do CFA disponibiliza link de acesso à plataforma ACAAdm e, para tanto, torna-se necessário a efetivação de cadastro por parte dos interessados.

Objetivo: Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.

Estratégia: Estabelecer relacionamento efetivo com entidades parceiras para o desenvolvimento de atividades que promovam e valorizem a profissão e o Sistema.

O CFA estabeleceu parceria com o Grupo Ser Educacional, mediante assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 02, de 06/02/2020 – documento Sei nº (0439280), com o objetivo de disseminar para os Profissionais de Administração das vantagens do Programa de Certificação Profissional em Administração, o qual tem por finalidade distinguir Profissionais de Administração regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Administração, mediante comprovação de suas competências nos campos da Administração, elencados pela Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965.

Os egressos das capacitações oferecidas pelo Grupo SER Educacional não somente receberão titulações acadêmicas de nível de pós-graduação nos campos abrangidos pela citada Resolução Normativa, mas obterão, também, preparação para realização do exame aplicado pela FGV.

Os objetivos precípuos das ações consideradas no Acordo de Cooperação Técnica, o qual não abrange repasses de recursos entre as entidades partícipes, é no sentido de que o Programa de Certificação seja conhecido pelos públicos alvos do projeto, além de agregar valor ao portfólio profissional dos registrados nos CRAs. A metodologia poderá ser replicada para outras Instituições de Educação Superior, com meta de atendimento inicial de 35 alunos por turma.

A prova aplicada pela FGV afere, em determinado nível, competências específicas em relação à ciência da Administração (savoir-faire). No tempo limite de 120 minutos a aferição da aprovação do candidato no exame ocorrerá com o aproveitamento de, no mínimo, 60% das questões, que equivale a 27 questões do total de 45. Os exames são aplicados nos centros de testes da Fundação Getulio Vargas, em todas as Unidades da Federação. O certificado emitido pelo Sistema CFA/CRAs, portanto, tem relevante importância para os Profissionais Registrados nos CRAs, bem como para as empresas que os contratam.

Neste mesmo contexto, destaca-se a concessão de descontos relacionados aos cursos oferecidos pela Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos) para os profissionais registrados nos CRAs, conforme descrito no anexo do documento assinado no dia 18/11/2020 – documento Sei nº (0642850).

Perspectiva: “Sustentabilidade (ambiental e profissional)” do Planejamento Estratégico 2019-2022

Objetivo: Defender, ampliar e consolidar o mercado de trabalho dos profissionais de Administração.

Estratégia: Consolidar a Certificação Profissional em Administração junto aos profissionais de Administração e as entidades representativas dos empregadores.

- **Investimento executado:** R\$ 6.878,61 (seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos).

- **Resultado:** Desenvolvimento do material publicitário relativo ao Programa, o qual tem como objetivo aferir, em determinado nível, competências específicas em relação à ciência da Administração (savoir-faire).

A CFP, no biênio 2019-2020, estruturou o novo projeto básico da Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador¹, realizada desde 2003 em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA) e com os Conselhos Regionais de Administração.

Para além da identificação de tendências para a profissão, a Pesquisa Nacional interpreta cenários, mediante entrevistas em profundidade, realizadas junto às lideranças empresariais brasileiras, dos diversos setores da economia, reunidos em grupos formados nas cinco regiões do Brasil (pesquisa qualitativa), bem como por meio do preenchimento de formulários Eletrônicos (pesquisa quantitativa), cujos resultados são de alta relevância para o processo de desenvolvimento de projetos que buscam a valorização do Profissional de Administração, desenvolvidos pela Autarquia, bem como por outras partes interessadas.

Os resultados na Pesquisa Nacional realizada em 2015 (6ª edição realizada junto ao público dos Administradores e a 1ª edição que contou com a participação dos Tecnólogos, encontram-se consolidados no Sumário Executivo divulgado na seção “Publicações” do site do CFA.

3.7. Modelo de negócio

Figura – Modelo de Negócio



4. Capítulo 02 – Governança, Estratégia e Alocações de Recursos

4.1. Planejamento Organizacional

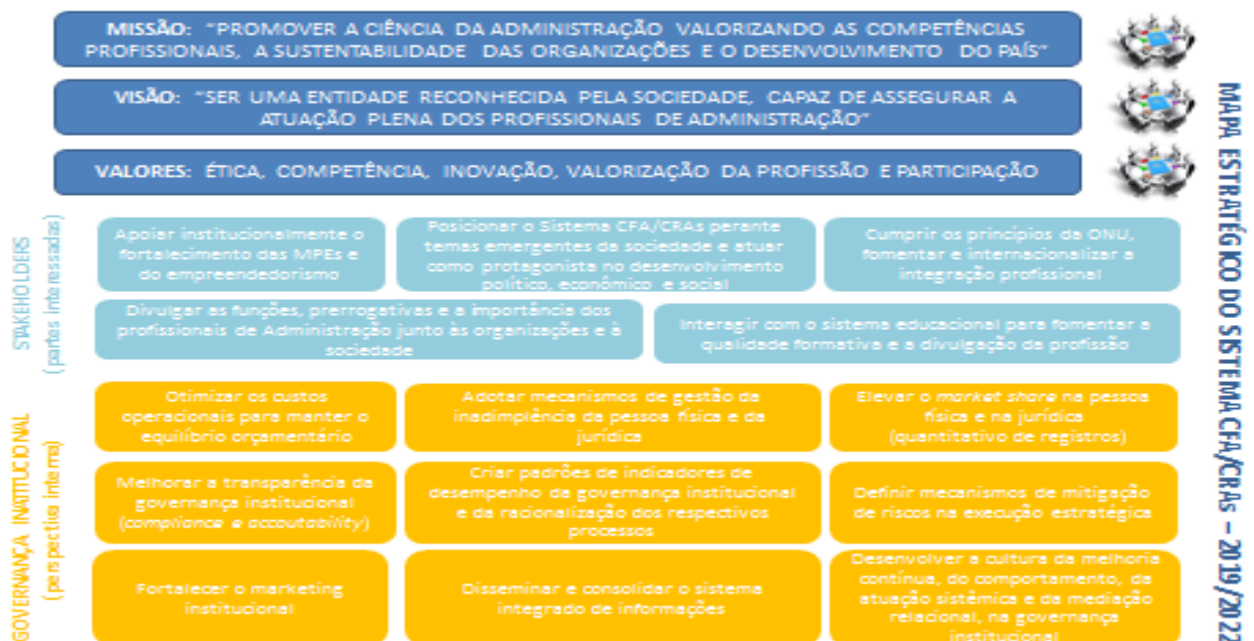
4.1.1. Como a estrutura de governança apoia a capacidade do CFA de alcançar seus objetivos?

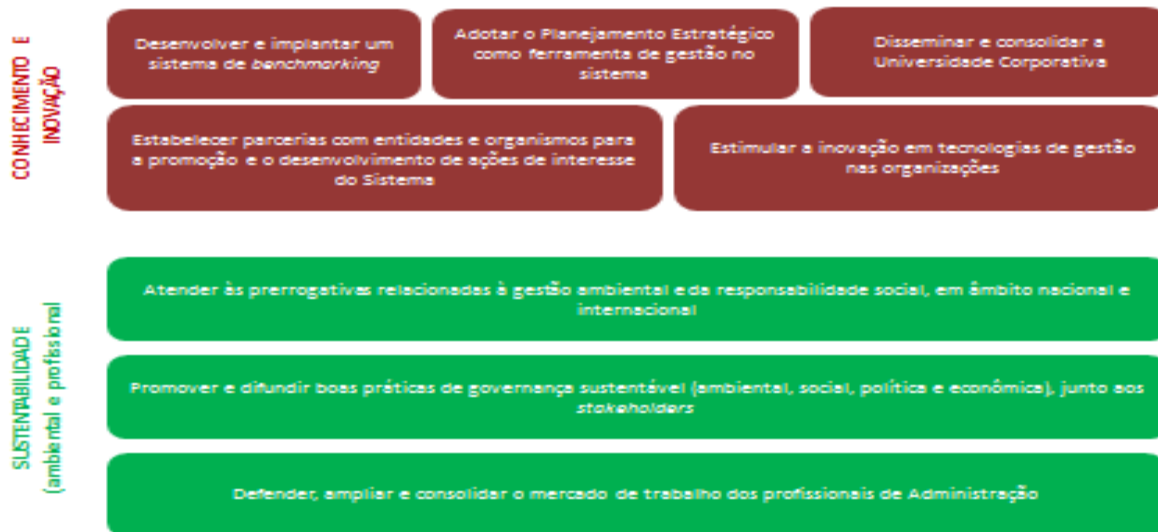
Apesar das limitações impostas pela pandemia de saúde, não somente em nível financeiro, com a diminuição da receita, bem como em nível operacional, em função do distanciamento social e do desligamento de alguns colaboradores pelo PDV, o apoio da diretoria e a continuidade da governança compartilhada, que vem sendo implementada desde 2019, e o direcionamento das ações foi preponderante para que as unidades administrativas e seus colaboradores desenvolvessem projetos e ações, aprovadas pelo Plenário, que contribuíram para o cumprimento das ações que culminaram no atingimento das metas e a obtenção de resultados positivos, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas.

4.1.2. Descrição sintética dos objetivos do exercício

No intuito de atingir a missão de “promover a ciência da Administração, valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país”, o Conselho Federal de Administração atuou com o compromisso de alcançar os objetivos e metas da autarquia previstas no Planejamento Estratégico do CFA para o quadriênio 2019-2022.

Figura - Mapa Estratégico





4.2. Objetivos Estratégicos e principais programas e iniciativas executadas

Planilha - Coleta Planejamento Estratégico 2020

Perspectivas	Objetivos	Estratégias	Responsável	Projeto/Ação	Indicador	Unidade	Meta	Resultado	Investimento previsto	Investimento executado	Prazo para execução
STAKEHOLDERS (partes interessadas)	Apoiar institucionalmente o fortalecimento das MPÉs e do empreendedorismo.	Celebrar acordos de cooperação com entidades relacionadas ao empreendedorismo e a inovação.	CGP	Acordo de Cooperação Técnica com SUDENE	Fechar acordo	Número efetivo	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	16/07/2020
			CFP	Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre o CFA e a União, por intermédio do Ministério da Economia, representado pela Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviço e Inovação/Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato (SEMPE)	Número de acordos assinado	1	Incluir 330 Administradores na Rede Nacional de Administradores Consultores de MPÉs	Inclusão dos Administradores na Rede	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
		CGP	Lives e Encontros Virtuais com tema Empreendedorismo e Inovação	Eventos realizados	Número efetivo	5	5	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	30/10/2020	
		CFP	Participar, ativamente, em âmbito municipal, estadual e nacional, de Fóruns relacionados ao empreendedorismo e a inovação.	Reuniões do Fórum Permanente das MPÉs - Orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação	Número de reuniões	2	Participar das reuniões do FPMPE e dos Comitês Temáticos	Reuniões Plenárias, Reuniões Ordinárias e Reuniões dos Grupos de Trabalho dos Comitês Temáticos do FPMPE	Nenhum	Nenhum	31/12/2020

Perspectivas	Objetivos	Estratégias	Responsável	Projeto/Ação	Indicador	Unidade	Meta	Resultado	Investimento previsto	Investimento executado	Prazo para execução	
STAKEHOLDERS (partes interessadas)	Apoiar institucionalmente o fortalecimento das MPEs e do empreendedorismo.	Intensificar e aprimorar o programa de capacitação para profissionais de Administração, em sua atuação como consultores	CFP	Programa de Capacitação e de Formação de Multiplicadores de Conhecimentos em MPEs	Número de Administradores Capacitados	330	Capacitar 330 Administradores consultores em MPEs	Concluir o curso de Capacitação em MPEs em 5 CRAs (AC, AP, AM, ES, RN, RS) - Re	Orçamento de 2019	orçamento de 2019	31/12/2020	
	Posicionar o Sistema CFA/CRAs perante temas emergentes da sociedade e atuar como protagonista no desenvolvimento político, econômico e social.	Fomentar debates no Sistema CFA/CRAs para a análise, estudo e formulação de posicionamentos sobre temas emergentes.	CGP	Elaboração do Livro com Análise Brasil e Análise Estados com base no IGM-CFA	Conclusão do projeto	Dias	10	20	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/01/2021	
				Realização do Seminário de Consolidação das Atividades de Gestão Pública no Sistema CFA/CRAs	CRA's participantes	Número efetivo	27	5	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	24/11/2020	
			CCM	Lives/Entrevistas/Palestras on-line	Visualizações	Número efetivo	20.000,00	30.000,00	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
		Adotar estratégias de comunicação para intensificar os posicionamentos sobre os temas emergentes.	CGP	Participação na Confecção do Guia do Prefeito + Brasil	Enviar sugestões e participar ativamente das duas versões	Número efetivo	2	2	1000	866	15/01/2021	
				Desenvolvimento da pesquisa dos impactos da COVID-19	Conclusão da pesquisa	Meses	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	04/04/2020	
			CFR	CIP DIGITAL	Sem indicador				Firmou convênio com o CRA-CE para a disponibilização e validação, de forma gratuita, da CIP Digital aos CRAs	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2022
			CCM	Assessoria de Imprensa	Inserções espontâneas	Número efetivo	50	141	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
		Cumprir os princípios da ONU, fomentar e internacionalizar a integração profissional.	Adotar e consolidar os princípios estabelecidos pelo Pacto Global.	CRIE	Signatário do Pacto Global da ONU nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate a Corrupção.	Acordo assinado	Número efetivo	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
	Rever e intensificar a relação com entidades internacionais de administração.		CRIE	Membro da Organização Latino Americana de Administração- OLA	Associação efetivada	Número efetivo	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
			CGP	Participação ativa do Diretor Fábio Mendes Macedo na OLA	Buscar boas práticas de gestão pública	Número efetivo	10	0	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2021	
	Divulgar as funções, prerrogativas e a importância dos profissionais de Administração junto às organizações e à sociedade.	Promover, permanentemente, uma maior visibilidade nacional dos profissionais de Administração junto aos stakeholders.	CGP	Liberação do acesso às Pessoas Jurídicas registradas nos CRAs no Acesso Exclusivo do IGM-CFA	Prazo para conclusão	Semanas	2	2	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	27/05/2020	
			CGP	Elaboração do Guia para Imprensa – IGM-CFA nas Eleições Municipais – Questões baseadas em dados	Dias em divulgação	Dias	30	30	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	16/07/2020	
			CGP	Realização e Participação em Lives e Eventos online cujo foco seja a profissionalização da Gestão Pública	Eventos realizados	Número efetivo	20	21	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	18/12/2020	
			OUIDORIA	Melhoria constante das informações e das ações do Sistema CFA/CRAs repassadas aos profissionais	Resposta no prazo (%)	Dia	Até 30 dias	99%	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
			CFR	Convênio SENAD	Sem indicador				Estabelecimento de parceria entre as partes para colaboração e cooperação para disponibilização ao poder judiciário dos serviços de pessoas físicas e jurídicas habilitadas	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
			CFR	OUVIR OS EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS REGISTRADOS SOBRE SUAS PERSPECTIVAS QUANTO A PROFISSAO E AUTARQUIA	Quanto mais respostas positivas a favor do sistema CFA/CRAs, melhor.				Ouvir 100 profissionais e responsáveis por empresas de Administração registrados em CRAs.	Projeto não executado		31/12/2020
			CFP	Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho dos Profissionais de Administração								

Perspectivas	Objetivos	Estratégias	Responsável	Projeto/Ação	Indicador	Unidade	Meta	Resultado	Investimento previsto	Investimento executado	Prazo para execução
STAKEHOLDERS (partes interessadas)	Divulgar as funções, prerrogativas e a importância dos profissionais de Administração junto às organizações e à sociedade.	Promover, permanentemente, uma maior visibilidade nacional dos profissionais de Administração junto aos stakeholders.	CCM	Site do CFA	Acessos	Número efetivo	232.000	456.000	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
	Interagir com o sistema educacional para fomentar a qualidade formativa e a divulgação da profissão.	Promover e aproximar o Sistema CFA/CRAS as IES e intensificar as parcerias, visando gerar impactos positivos aos profissionais de Administração.	CFR	AÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.	Quanto mais ações, melhor		Executar no mínimo 3 ações (cursos, protocolo de fiscalização e atuação dos RTs, campanhas, etc) sobre Responsabilidade Técnica.	Projeto não executado	Não mensurado	0	31/12/2020
			CFP	30º Enangrad - Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração	Participação no evento	1	Prestar apoio ao ENANGRAD	Realização do 31º Enangrad	14.000,00	14.000,00	31/12/2020
		Intensificar as parcerias com entidades vinculadas ao ensino e a formação profissional em Administração.	CFR	Código Brasileiro de Administração	Quanto mais catálogos, melhor		Construir e disponibilizar ao menos 1 catálogo para compor o Código Brasileiro de Administração	Projeto não executado	Não mensurado	0	31/12/2020
			CFP	Prêmio "Belmiro Siqueira" de Administração	Número de Trabalhos	27	Receber trabalhos dos 27 CRAs	8 livros inscritos e 6 artigos acadêmicos	10.000,00	10.000,00	31/12/2020
		Fortalecer as relações com os órgãos oficiais que regulam a oferta e avaliação da educação em Administração.	CFR	Difusão dos Segmentos Empresariais pertencentes à Administração	Quanto mais difusão de segmentos, melhor. Aferição no nº de PJ e/ou profissionais registrados após a difusão - Quanto maior o nº de registrados, melhor.		Fazer a difusão de no mínimo 1 segmento empresarial pertencente a Administração.	Meta Atingida	80.000,00	80.000,00	31/12/2020
		Intensificar e aprimorar o Ciclo de Palestras no Sistema CFA/CRAS com abordagens acadêmico/pedagógicas e de conscientização profissional.	CFP	Lives direcionadas à comunidade acadêmica dos Cursos de Graduação em Administração, considerando a temática da formação profissional - videoconferências	Participação nos eventos	25	Prestar informações sobre as ações do Sistema CFA/CRAS	Divulgação das ações do Sistema CFA/CRAS	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
		GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	Manter atualizado o cadastro de pessoas físicas e jurídicas.	CIN	Manter sistema de atualização cadastral, conforme demandas da CF	Sistema atualizado	Porcentagem de disponibilidade no ano	90%	92%	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto
CFR	Prospecção de dados junto a base de dados públicos para verificação de disparidades em relação ao Cadastro Nacional e repasse aos CRAs para atualizações.			Sem indicador		Acesso a dados públicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, conseguiu prospectar informações de interesse do sistema	Repassou aos CRAs para subsidiar os Regionais em suas ações de fiscalização e providências para a atualização de dados dos registrados	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
CFR	Disponibilizar formas tecnologicamente adequadas para o pagamento das anuidades.			Convênio Firmado com a Receita Federal do Brasil	Sem indicador		Intercâmbio de Informa	Relativas a pessoas físicas, constantes da base de dados do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF): - número de inscrição; - nome; - situação cadastral; e várias outras.	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
Elevar o marketshare na pessoa física e na jurídica (quantitativo de registros).	Implantar mecanismos tecnologicamente adequados e efetivos, para prospectar novos registros de pessoas físicas e jurídicas em Administração.		CGP	Atualização do site do IGM-CFA para a versão 2020	Conclusão do projeto	Semanas	4	3	1.250,00	1.250,00	Abril/2020
			CIN	Coleta trimestral de dados abertos de PJ fornecidos pela RFB	Mecanismo implantado	Mecanismo	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
			CFR	Prospecção de dados junto a base de dados públicos para verificação de disparidades em relação ao Cadastro Nacional e repasse aos CRAs para atualizações.	Sem indicador		Acesso a dados públicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, conseguiu prospectar informações de interesse do sistema	Repassou aos CRAs para subsidiar os Regionais em suas ações de fiscalização e providências para a atualização de dados dos registrados	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020

Perspectivas	Objetivos	Estratégias	Responsável	Projeto/Ação	Indicador	Unidade	Meta	Resultado	Investimento previsto	Investimento executado	Prazo para execução	
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	Melhorar a transparência da governança institucional (compliance e accountability).	Promover a visão integrada da gestão, desenvolvendo mecanismos que permitam uma visão ampliada do desempenho, com a divulgação, em tempo real de relatórios e indicadores econômicos/financeiros e das atividades desenvolvidas.	OUIDORIA	Desenvolvimento de estratégias de desburocratização e eficácia	Apresentação de Relatório de atividades trimestral	Número efetivo	4	3	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
		Disponibilizar no site dos CRAs informações das empresas registradas.	OUIDORIA	Elaboração do relatório com base nos dados colhidos nas manifestações registradas	Publicação do relatório	Número efetivo	4	3	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
	Criar padrões de indicadores de desempenho da governança institucional e da racionalização dos respectivos processos	Utilizar, os resultados das ações de auditoria do CFA nos CRAs, para identificar e disseminar as boas práticas de governança, com geração objetiva de valor institucional.	CGP	Criação do Guia de Gestão do Sistema CFA/CRAs	Conclusão do projeto	Semanas	4	5	10.000,00	7.650,00	18/12/2020	
	Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.	Disponibilizar, em tempo real, informações atualizadas de dados integrados e consolidados do Sistema.	CFR	Divulgação/Reportagens sobre vitórias judiciais da fiscalização do sistema CFA/CRAs	Sem indicador	Disponibiliza um banco de jurisprudências positivas ao Sistema CFA/CRAs.			Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
			CIN	Desenvolvimento de aplicação conforme requisitos estabelecidos pela CFR	Sistema implantado	Sistema	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	30/06/2020	
	Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional	Atualizar e modernizar os mecanismos e tecnologias informacionais.	CIN/CESEI	Implantação do SEI nos CRAs	Implantação efetivada	Implantação	23	21	299.000,00	339.432,42	31/12/2020	
			CIN	Vitualização de serviços e renovação do parque de servidores	Vitualização efetivada	Virtualização	8	19	200.000,00	20.000,00	31/12/2021	
		Capacitar e desenvolver profissionalmente os colaboradores.	CFR	ENAF	Quanto maior a avaliação positiva do evento melhor.	UNIDADE	Execução do evento no primeiro semestre.	Atingido	150.000,00	254.129,91	Até 31/07/2020	
	CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	Desenvolver e implantar um sistema de benchmarking	Mapear entidades congêneres visando a adoção e realização das melhores práticas de gestão no Sistema CFA/CRAs.	OUIDORIA	Parcerias com a entidades afins na realização de aperfeiçoamento; implementação de sistema de ouvidoria	Implantação do sistema de ouvidoria	Número efetivo	1	0	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2021
		Disseminar e consolidar a Universidade Corporativa.	Utilizar ferramenta de EAD para capacitar os profissionais de Administração e os colaboradores.	CFP	Academia Corporativa da Administração (ACAdm)	Participação de CRAs e de IES	27	Oferecer 5 cursos próprios da Autarquia e cursos em parceria com IES	Elaborado o Projeto Básico contendo as premissas do projeto	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.		Promover e apoiar eventos de interesse institucional.	CRIE	Resolução Normativa nº 564/2019	RN publicada	Número Efetivo	1	1	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	
			CGP	Reuniões com entidades chave no âmbito da Gestão Pública com intuito de fortalecer as ferramentas de gestão do CFA	Reuniões efetuadas	Número Efetivo	4	4	0	0	18/12/2020	
		Estabelecer relacionamento efetivo com entidades parceiras para o desenvolvimento de atividades que promovam e valorizem a profissão e o Sistema.	CFP	Acordo de Cooperação Técnica entre o CFA e o Banco do Brasil	Acordo de Cooperação Técnica	1	Firmar ACT com o Banco do Brasil	Assinatura do ACT em 06/12/2019	O ACT não prevê transferências de recursos	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
			CRIE	Promover o desenvolvimento autônomo e/ou mediante parcerias, de atividades e programas que valorizem o Profissional da Administração no cenário nacional e internacional.	Clube de vantagens do Profissional de Administração	sem indicador	Número Efetivo			Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
Estimular a inovação em tecnologias de gestão nas organizações		Criar programa nacional de incentivo a inovação na gestão pública e privada.	CGP	Selo de Reconhecimento do Prêmio Guerreiro Ramos	Envio aos ganhadores	Número Efetivo	5	5	0	0	01/02/2020	
Atender às prerrogativas relacionadas à gestão ambiental e da responsabilidade social em âmbito nacional e internacional.		Inserir o Sistema CFA/CRAs no debate nacional e internacional sobre a sustentabilidade em todas as suas dimensões.	CRIE	Divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Setor Privado .	Sem indicador		Ampla divulgação	Divulgação realizada	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020	

Perspectivas	Objetivos	Estratégias	Responsável	Projeto/Ação	Indicador	Unidade	Meta	Resultado	Investimento previsto	Investimento executado	Prazo para execução
CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	Defender, ampliar e consolidar o mercado de trabalho dos profissionais de Administração.	Consolidar a Certificação Profissional em Administração junto aos profissionais de Administração e as entidades representativas dos empregadores.	CFP	Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAS	Publicações nas redes sociais	Número Efetivo	Divulgar o Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAS para os Administradores, Conselheiros Regionais e Dirigentes dos Setores Produtivos	Divulgação realizada	100.000,00	6.878,61	31/12/2020
SUSTENTABILIDADE	Defender, ampliar e consolidar o mercado de trabalho dos profissionais de Administração.	Mapear e divulgar as boas práticas em Administração.	CGP	Confecção da Agenda de Gestão Municipal 2ª Versão	Disponibilizar aos CRAs		500	500	4.160,00	4.160,00	10/09/2020
		Fortalecer o posicionamento do Sistema junto as demais profissões regulamentadas, em âmbito estadual e nacional.	CFR	Banco de Jurisprudências favoráveis ao sistema CFA/CRAs			Monitoramento e disposição de jurisprudências favoráveis ao Sistema CFA/CRAs.	Atingido	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
		Promover e disseminar o Sistema CFA/CRAs e o profissional de Administração junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário, em âmbito federal, estadual e municipal.	CFR	Construção de modelos de impugnações para apresentação em cpls e disponibilização aos CRAs	Quanto mais modelos, melhor.	Número efetivo	Construir e disponibilizar no mínimo 5 modelos de impugnação de editais.	Atingido	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
		Adotar mecanismos permanentes que promovam a sensibilização, em âmbito nacional, junto as empresas e aos órgãos públicos, sobre a importância da presença do profissional de Administração em seus quadros.	CEAM	III Fórum das Mulheres da Administração (evento online)	Visualizações	Número efetivo	300	2480	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020
			CFR	Ações em Concursos Públicos para Resguardar o espaço do Profissional de Administração.	Quanto mais ações, melhor.	Número efetivo	Executar no mínimo 3 ações (impugnações de editais, solicitações de inclusão de Administradores registrados, etc) em concursos públicos.	Atingido	Nenhum investimento direto	Nenhum investimento direto	31/12/2020

4.3. Descrição das estruturas de governança

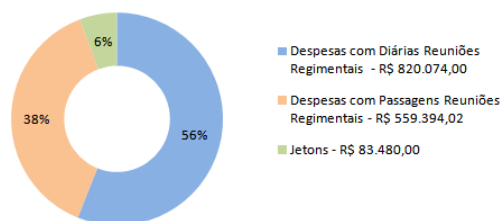
A estrutura de governança da entidade foi estabelecida no Regimento da autarquia, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 584/2020.

- I - Plenário;
- II- Presidência;
- III- Vice-Presidência;
- IV- Diretoria Executiva;
- V- Câmaras;
- VI- Ouvidoria;
- VII- Comissões Permanentes e Especiais;
- VIII- Fórum de Presidentes.

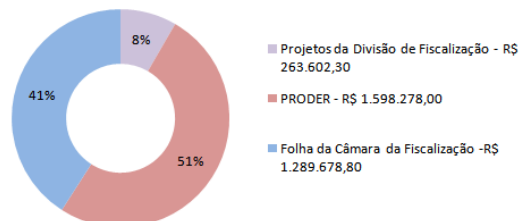
4.4. Alocação de recursos

Gráfico – Alocação de Recursos

Valor Gasto com indenização a Conselheiros
R\$ 1.462.948,02



Valor Gasto com Função de Fiscalização Exercício Profissional R\$ 1.861.880,30



5. Capítulo 03 – Risco, oportunidades e perspectiva

5.1. Quais os principais riscos que afetam a capacidade da CFA de alcançar seus objetivos.

Partes Interessadas	Expectativas
Conselhos Regionais de Administração - CRAs	Cumprimento da Resolução Normativa CFA Nº 584, de 25 de agosto de 2020, que aprova o Regimento do CFA. Cumprimento da Lei nº 4.769, de 09/09/65 que dispõe sobre o exercício legal da profissão de Administrador.
Profissionais e Estudantes de Administração e Cursos Correlatos	Zelo pela fiel execução do Código de Ética do Profissional de Administração e pela fiscalização, orientação e disciplina do exercício da profissão. Valorização do Profissional de Administração.
Sociedade Civil	Exercício legal da profissão do Administrador. Cumprimento do Código de Ética do Profissional de Administração
Governo Federal	Atendimento aos Princípios da Administração Pública.
Organizações	Fortalecimento das micro e pequenas empresas.
Instituições de Ensino Superior	Ajustes de grades curriculares, conteúdos, avaliação e metodologia
Conselheiros Federais Efetivos	Atendimento ao Regimento Interno, realização de Projetos em prol da defesa da profissão
Colaboradores internos do CFA	Boas condições de trabalho, infraestrutura adequada.

5.2. Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício

Tabela – Gestão de riscos

CÂMARA	CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS	
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJETIVO	ESTRATÉGIA					
	SERVIÇO		SERVIÇO		SERVIÇO						
PROTOCOLO	Recebimento, Registro e Distribuição de Documentos de Origem Externa	1 - Infraestrutura 2 - Competência dos colaboradores	1- Arquivamento de documentos físicos de origem externa;	1- Utilização do Sistema SEI pelos CRAs.	1- Decisão governamental em extinguir o Sistema SEI 2- Ameaça tecnológica- ataque cibernético.	Promover e difundir boas práticas de governança sustentável (ambiental, social, política e econômica), junto aos stakeholders	Fomentar e difundir iniciativas de sustentabilidade de amplitude nacional.	Restrição orçamentária para disseminação do SEI ou outras práticas sustentáveis	Mitigar	Ação: Sensibilizar a Direção do CFA em assegurar recursos para aquisição da infraestrutura necessária de implantação do SEI nos CRAS. Periodicidade: Anual	Ponto fraco: Autorizado pela Presidência o descarte de documentos após o escaneamento dos mesmos.
CFR	Orientação da atuação no exercício da profissão	1- Competência dos colaboradores internos; 2- Capacidade econômica e financeira do CFA; 3- Realização em fevereiro/2020 do ENAF, Encontro Nacional de Fiscais do CFA/CRAs.	1- Inexistência de sistema integrado com os CRAs; 2- Confiabilidade das informações geradas pelos CRAS relativas aos registrados e inadimplências; 3- Recursos humanos insuficientes na CFR; 4- Resoluções Normativas desatualizadas.	1- Decisões judiciais favoráveis ao Sistema CFA/CRAS; 2- Aprovação do PLS nº 439 de 2015.	1- Resistência dos CRAs nas ações propostas pelo CFA de alcance dos objetivos; 2- Descumprimento de Resoluções Normativas do CFA; 3- Mudanças na obrigatoriedade de pagamento de anuidade de Conselhos Profissionais.	Elevar o market share na pessoa física e na jurídica. (quantitativo de registros)	Implantar mecanismos tecnologicamente adequados e efetivos, para prospectar novos registro de pessoas físicas e jurídicas em Administração.	Inexistência de profissional com a expertise necessária para operação dos mecanismos tecnológicos	Eliminar	Ação: Prover treinamento para um funcionário interno. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação; Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. CFR.01.16, adequando-o, se necessário; Como 3: ???????	1- Integrar as informações com a fusão da Coleta de Dados com o Cadastro Nacional; 2- Com a fusão de dados espera-se tornar as informações mais confiáveis; 3- Aguardar concurso público; 4- Atualizar Resoluções.

CÂMARA	CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS	
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJETIVO	ESTRATÉGIA					
	SERVIÇO										
OUVIDORIA	Ouvir , reconhecer, qualificar, analisar, responder as manifestações e demonstrar a percepção dos usuários no atendimento aos seus requisitos	1- Competência dos colaboradores internos.	1- Sistema eletrônico de ouvidorias que não atende as necessidades da Ouvidoria , baixa funcionalidade; 2- Pouca divulgação do canal de OUVIDORIA. 3- Não monitoramento da percepção de clientes, profissionais de Administração. 4- Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelas Câmaras.	1- Sistema eletrônico de ouvidorias, e-OUV, com instalação e atualização gratuitas de funcionalidades específicas.	1- Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelos CRAs.	Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional	Atualizar e modernizar os mecanismos e tecnologias informacionais.	Não atualização do Sistema SEI pela Coordenação de Informática para integração do Sistema E-OUV ao mesmo.	Eliminar	Ação: Planejamento das atividades de atualização do Sistema SEI pela Coordenação de Informática. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação: estabelecimento de cronograma físico de atualização do SEI pela Coordenação de Informática para monitoramento da implementação da ação.	1- Implantação do E-OUV 2- Criação da logo; Divulgação trimestral dos Relatórios da Ouvidoria no Portal da Transparência do CFA; Elaboração do Informativo do Canal de Ouvidoria do Sistema CFA/CRAs; 3- Será por meio do Sistema E-OUV, através do painel RESOLVEU?; 4: E-OUV, monitoramento do prazo de resposta pela Câmara. CABERÁ A OUVIDORIA ANALISAR CRITICAMENTE O PQ.OUV.01, PARA ADEQUÁ-LO AO SISTEMA E-OUV
						Atender aos requisitos dos clientes	Responder as manifestações das partes interessadas no prazo legal	Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelas Câmaras e CRAs.			

CÂMARA	CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS		
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS							
CAF	SERVIÇO	<p>1- Celeridade nos processo de aquisição;</p> <p>2- Competência dos colaboradores internos;</p> <p>3- Comprometimento dos colaboradores internos.</p>	<p>1- Tempo indevido para a efetivação do processo de aquisição (pedidos urgentes);</p> <p>2- Infraestrutura (mobiliário inadequado);</p> <p>3-Ambiente de operações (ruído elevado);</p> <p>4- Informações incompletas quanto ao que se deseja adquirir;</p> <p>5- Excesso de retrabalho;</p> <p>6- Tempo indevido no Atesto de recebimento de materias e serviços, impactando as atividades do Setor de Compras;</p> <p>7- Provisão de treinamentos objetivando a atualização de servidores em Leis e Instruções Normativas relativas ao processo de compras;</p> <p>8- Inexistência de um sistema informatizado de controle de estoque;</p> <p>9- Não adequação do processo de compras à Instrução Normativa Nº 1, de março de 2019.</p>	<p>1- Não identificadas oportunidades.</p>	<p>1- Fiscalização do TCU pela irregularidade em processo licitatório</p>	<p>Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário</p>	<p>Adotar o sistema de registro de preços.</p>	<p>Inexistência de planejamento de contratações e aquisições</p>	<p>Eliminação</p>	<p>Ação: Conscientização dos empregados para o planejamento de contratações e aquisições das áreas;</p> <p>Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação;</p> <p>Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. CAF.01.04 adequando-o, se necessário.</p> <p>Como 3: Elaboração de Manual do Fiscal de Contrato.</p>	<p>1, 4, 5, 7 e 9: Conscientização dos empregados para o planejamento de contratações e aquisições das áreas;</p> <p>2- Aquisição de mesa para o estagiário;</p> <p>3- Elaboração de projeto para a copa;</p> <p>6- Elaboração de Manual do Fiscal de Contrato:</p>
	<p>Prover as necessidades de recursos de diversas naturezas, decorrentes de solicitações dos setores do CFA</p>										

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS	
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS						
ESCRITÓRIO	SERVIÇO	<p>1- Recursos disponibilizados para melhoria da eficácia do SGQ;</p> <p>2- Apoio da Alta Direção;</p> <p>3- Conhecimento organizacional dos colaboradores internos;</p> <p>4- Competência dos colaboradores.</p>	<p>1- Envolvimento dos colaboradores;</p> <p>2- Alternância na Diretoria do CFA.</p>	<p>1- Interação do CFA com os CRAs e outras entidades que mantem um Sistema de Gestão da Qualidade certificado.</p>	<p>1- Obrigatoriedade de realizar licitação na contratação de software(para gerir a documentação do SGQ).</p>	<p>Melhorar continuamente a eficácia do SGQ</p>	<p>Engajar os colaboradores internos para aumento da capacidade do CFA em criar e entregar valor às partes interessadas.</p>	<p>Não priorização da ISO pelos colaboradores em suas atividades administrativas</p>	<p>Mitigar</p>	<p>Ação: Replanejamento do Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA.</p> <p>Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação: Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA</p> <p>Como 2: Analisando criticamente o SGQ, semestralmente;</p> <p>Como 3: Analisando e avaliando os resultados dos indicadores dos processos do CFA , trimestralmente;</p> <p>Como 4: Programando visitas técnicas a empresas mantenedoras de certificação ISO 9001.</p>	<p>1- Envolvimento dos colaboradores- Replanejamento do Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA</p>
	Gerenciamento do Sistema de Gestão da Qualidade										

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS						
CCM	SERVIÇO					Divulgar as funções, prerrogativas e a importância dos profissionais de Administração junto às organizações e à sociedade.	Promover, permanentemente, uma maior visibilidade nacional dos profissionais de Administração junto aos stakeholders.	A- Falta de recursos; B-Centralização de porta-voz C-Falta de qualificação do porta-voz D-Falta de técnicos qualificados na área de comunicação	Mitigar	Ação: A- Definição e qualificação dos porta-vozes te "temas" de interesse do Sistema CFA/CRA's. B- Manter um quadro técnico na área de comunicação.	
	Prover notícias com textos informativos relativos à Administração para o seu público-alvo: Profissionais e Estudantes de Administração, Sistema CFA/CRA's e Sociedade.	1- Competência dos colaboradores internos; 2- Infraestrutura (softwares, equipamentos e mobiliários); 3- Ambiente de operações; 4- Número de colaboradores internos; 5- Equipe comprometida com a estratégia da CDI; 6- Capacidade de gestão e liderança; 7- Provisão de recursos financeiros; 8- Implementação de metodologia para formação de equipes de alta performance na CDI.	1- Não cumprimento de prazos pela CCM; 2-Excesso de burocracia na contratação de provedores externos, independente do produto/serviço por ele fornecido; 3- Retrabalho elevado, principalmente na área de design; 4-Interferência das áreas do CFA em produtos desenvolvidos pela CCM .	1- Aumento do número de usuários	1- Comportamento social, imediatismo; 2- Ameaça tecnológica.	Fortalecer o marketing institucional.	Consolidar a marca institucional com a padronização da comunicação visual.	Falta de credibilidade do Sistema CFA/CRA's	Mitigar	Ação: Mostrar o Sistema CFA/CRA's. Ação: Elevar a autoestima do Profissional de Administração. Ação: Divulgar a valorização profissional	1- Seguir o planejamento da CCM; 2- Rever o processo de contratação de serviços; 3- Cumprir planejamento; 4- Aprimoramento do briefing.
							Melhorar o sistema de comunicação com os stakeholders, para a divulgação ampla e permanente das atividades desenvolvidas	Distanciamento do Sistema CFA/CRA's pelo profissional e estudante de Administração	Mitigar	Ação: Desenvolver campanhas nacionais e regionais de marketing e de divulgação da Profissão de Administração. Ação: Divulgação dos canais de administração aos Profissionais de Administração	
Aprimorar a Assessoria de Imprensa no CFA e apoiar as assessorias de imprensa nos CRA's.	Enfraquecimento do relacionamento institucional com meios de comunicação	Mitigar	Ação: Articulação constante com a imprensa, assessorias dos CRA's e porta-vozes do Sistema CFA/CRA's.								

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS	
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS						
CRHA	SERVIÇO	<p>1- Acessibilidade a CRHA pelos colaboradores internos</p> <p>2- Competência dos colaboradores internos.</p>	<p>1- Performance insuficiente da internet;</p> <p>2- Quadro de colaboradores insuficiente;</p> <p>3- Comunicação interna</p>	<p>1- Estreitar laços com entidades públicas, privadas ou do 3º setor com envolvimento em aspectos trabalhistas e recursos humanos.</p>	<p>1- Reclamações trabalhistas.</p>	<p>Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional.</p>	<p>Elaborar diagnóstico para melhorar o clima organizacional, a motivação e o desempenho dos colaboradores.</p>	<p>Demandas inopinadas</p>	<p>Mitigar</p>	<p>Ação: Planejamento das atividades da CRHA Prazo: Julho, entrega do diagnóstico do clima organizacional</p>	<p>1- Solicitação a CIN de aumento da capacidade da internet</p> <p>2- Aguardar processo seletivo</p> <p>3- Elaborar um plano de comunicação interna</p>
	<p>Gestão de Recursos Humanos e de Requisitos Trabalhistas</p>						<p>Capacitar e desenvolver profissionalmente os colaboradores.</p>			<p>Insuficiência de recursos</p>	
CRIE	SERVIÇO	<p>1- Relacionamento entre os colaboradores;</p> <p>2- Competência dos colaboradores;</p> <p>3- Equipe comprometida na implantação de novos projetos (fortalecimento do relacionamento com os CRAs; fortalecimento do relacionamento com as organizações internacionais; Promovedor de eventos do Sistema CFA/CRAs).</p>	<p>1- Pouco conhecimento pelo Sistema CFA/CRAs das competências da CRIE.</p>	<p>1- Fortalecimento das parcerias com as organizações nacionais e internacionais.</p>	<p>1- Não cumprimento pelo prestador de serviço do contrato celebrado para a organização do evento.</p> <p>2- Não cumprimento pelos parceiros do contrato celebrado.</p>	<p>Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.</p>	<p>Promover e apoiar eventos de interesse institucional.</p>	<p>Mitigar</p>	<p>Ação: Sensibilizar a Direção do CFA em assegurar recursos para promover os eventos de interesse do Sistema CFA/CRAs</p>	<p>1. Divulgar para os CRAs as competências da CRIE por meio campanha de marketing.</p>	
<p>Realização de eventos e parcerias com organizações nacionais e internacionais para a promoção da Ciência da Administração</p>	<p>Estabelecer relacionamento efetivo com entidades parceiras para o desenvolvimento de atividades que promovam e valorizem a profissão e o Sistema</p>	<p>1. Restrição orçamentária</p> <p>2. Restrição de eventos presenciais em função da pandemia</p>									

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS						
RESOLUÇÕES	<p>SERVIÇO</p> <p>Gestão do CICLO de VIDA de Resoluções Normativas, compreendendo as atividades de numeração, formatação, aprovação pela Presidência, publicação no DOU, divulgação ao Sistema CFA/CRA e controle de versões.</p>	<p>1- Acessibilidade às Resoluções Normativas;</p> <p>2- Infraestrutura;</p> <p>3- Ambiente de operações.</p>	<p>1- Não atendimento ao PQ. SUP.02;</p> <p>2- Retrabalho após publicação da Resolução Normativa;</p>	<p>1- Não identificadas oportunidades.</p>	<p>1- Não identificadas ameaças.</p>	<p>Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.</p>	<p>Disponibilizar, em tempo devido, informações atualizadas de dados integrados e consolidados do Sistema.</p>	<p>Não atendimento ao PQ. SUP.02;</p> <p>Retrabalho após publicação da Resolução Normativa.</p>	<p>Eliminar</p>	<p>Ação 1: Celeridade na divulgação das Resoluções Normativas de versão atual no sistema integrado de informações.</p> <p>Como 1: Definindo indicadores, Indicador DOU e Câmaras, para monitoramento da ação:</p> <p>Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. SUP.02.13, adequando-o, se necessário.</p>	<p>Treinamento dos colaboradores no PQ. SUP.02;</p>

6. Capítulo 04 – Resultados e Desempenho da Gestão

6.1. Até que ponto o CFA já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais as expectativas para os próximos exercícios

O ano de 2020 foi marcado de forma histórica pelo advento da pandemia do COVID19. Tal acontecimento trouxe consigo um enorme impacto às economias do mundo, inclusive no Brasil. O Sistema CFA/CRA's não ficou de fora.

Diante de um cenário totalmente atípico, mudanças foram adotadas na maneira de dirigir o Conselho, fortalecendo a gestão compartilhada, vertical e horizontal, na qual todos os diretores e colaboradores atuam efetivamente de forma compartilhada com o presidente levando a tomadas de decisões mais assertivas.

Os trabalhos foram intensos, mesmo com a pandemia e muitos colaboradores em trabalho remoto, sempre com o apoio incondicional da estrutura de governança do CFA, em especial, o Plenário, que tomou decisões importantes sobre matérias, projetos e convênios relevantes para a categoria profissional. Nossas atividades têm como fundamento central a proteção da sociedade de maus profissionais, no intuito de assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Em março de 2020, a junta interventora finalizou seus trabalhos, ao dar posse aos novos conselheiros eleitos, após o intenso trabalho da Comissão Permanente Eleitoral e da Junta Interventora do CRA-PA, em uma demonstração de correição e integridade, devolvendo aos profissionais de Administração do Pará um regional forte e livre para promover e apoiar os profissionais daquele Estado.

A Câmara de Fiscalização e Registro (CFR), regimentalmente atua somente na apreciação de recursos derivados dos CRA's, atuando como tribunal superior. Contudo, a CFR presta apoio e orientação aos CRA's, no sentido de desenvolvimento de políticas de fiscalização, promovendo anualmente encontro de fiscais, no sentido de uniformizar ações e promover a adoção de melhores práticas de fiscalização para o atingimento das metas definidas no planejamento estratégico.

O Índice CFA de Governança Municipal (IGM/CFA) continuou atualizando as informações em 2020, com a publicação do livreto Diagnóstico Brasil IGM-CFA, no qual são apresentadas informações por estado, com base na análise sob três dimensões: finanças, gestão e desempenho. Tais informações estão disponibilizadas no site do CFA, e podem servir de base para nortear o desdobramento das políticas públicas nos municípios brasileiros.

A área de comunicação mudou de nome, e agora, pelo novo regimento, aprovado em agosto de 2020, passou a se chamar Câmara de Comunicação e Marketing, ficando o nome mais atrelado à sua finalidade, levando sempre conteúdo atualizado para os profissionais de Administração, promovendo entrevistas e divulgando informações de interesse da profissão e dos profissionais para rádio e redes sociais do CFA.

Relatamos aqui tão somente alguns destaques do intenso trabalho realizado no decorrer de 2020.

Mesmo diante das dificuldades determinadas pela pandemia, a perspectiva é de avançarmos, ampliando a importância da nossa organização e de nossos profissionais perante a sociedade, em um momento que tem se mostrado tão carente de gestão profissional, em busca de continuamente alinhar os projetos e ações ao que foi definido no Planejamento Estratégico.

6.1.2. Principais programas, projetos e iniciativas

Informações apresentadas na planilha denominada “Coleta Planejamento Estratégico 2020, inserida no item 4.2 do presente relatório.

6.1.3. Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos

Informações apresentadas na planilha denominada “Coleta Planejamento Estratégico 2020, inserida no item 4.2 do presente relatório.

6.1.4. Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

O Sistema de Gestão da Qualidade é uma ferramenta importante para o alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, ao avaliar constantemente os riscos e oportunidades de melhoria, com propostas para a mitigação de tais riscos.

Tendo por embasamento o diagnóstico levantado a partir da apreciação do contexto da organização e abordagem de riscos com alicerce na análise SWOT, onde avaliamos os pontos fracos e fortes do ambiente interno e as ameaças e oportunidades do ambiente externo, podemos concluir que o ambiente interno é coeso e engajado o suficiente para garantir equilíbrio, mesmo em um ambiente de tensão e incertezas como foi o ano de 2020.

Nesse sentido, a cultura organizacional se mostra independente da rotatividade da alta direção na busca pelo alcance das metas estabelecidas no planejamento estratégico, mantendo equilíbrio entre o planejado e o alcançado.

6.1.5. Monitoramento de metas não alcançadas

A Comissão Permanente de Planejamento Estratégico do CFA vem sempre envidando esforços no sentido de promover uma análise acerca do andamento e pertinência dos projetos e ações desenvolvidos no âmbito do CFA, em consonância com o mapa estratégico.

6.1.6. Justificativas para os resultados

A governança compartilhada é a marca dessa gestão, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais, motivando cada vez mais o comprometimento dos colaboradores para o alcance dos resultados esperados, embora o contexto de incertezas provocado pela pandemia de saúde tenha afetado diretamente a realização de alguns projetos prioritários, podemos ratificar uma avaliação positiva da organização. A revisão constante dos projetos e ações e o engajamento contínuo dos colaboradores contribuem para o alcance dos resultados esperados pela organização.

6.1.7. Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que o CFA provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico

O ano de 2020 foi um ano difícil em função da pandemia de saúde provocada pela disseminação sem controle do covid-19, com aumento do desemprego e diminuição de quase 15% da receita do CFA, comparada a 2019.

Percebemos que 2021 também será um ano difícil, pois a pandemia de saúde apresenta-se ainda descontrolada, com aumento no número de casos de contaminação e mortes, levando os governos a decretarem *lockdowns*, afetando diretamente a economia do país. A vacinação caminha a passos lentos e ainda não temos uma previsão de quando obteremos uma imunização de rebanho, que considera a imunização de pelo menos 70% da população.

Nesse contexto de incertezas, e com a presença de novos representantes na Comissão Permanente de Planejamento Estratégico para o biênio 2021-2022, entendemos que o mapa estratégico deverá ser permanentemente revisitado para definição de prioridades para o alcance das metas e sustentabilidade da organização.

6.2. Satisfação do usuário e transparência

6.2.1. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O principal canal de aferição do grau de satisfação dos usuários do CFA é a Ouvidoria, além do protocolo, canais estes onde são registradas as solicitações expostas pelas partes interessadas, dentre pedidos de informação, denúncias, sugestões e elogios.

Em 2020, a Ouvidoria implementou uma pesquisa de satisfação quanto ao atendimento oferecido pela Ouvidoria do CFA, cujo preenchimento é opcional e pode ser feito a qualquer momento que o solicitante acessar o link na página da internet.

Outra medida importante é o número de acessos ao site, redes sociais, entrevistas e lives.

Destacamos ainda os resultados da Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho dos Profissionais de Administração, cujos resultados da última edição, realizada em 2015, encontram-se consolidados no Sumário Executivo, divulgado na seção “Publicações” do site do CFA. Para além da identificação de tendências para a profissão, a

Pesquisa Nacional interpreta cenários, mediante entrevistas em profundidade, realizadas junto às lideranças empresariais brasileiras, dos diversos setores da economia, reunidos em grupos formados nas cinco regiões do Brasil (pesquisa qualitativa), bem como por meio do preenchimento de formulários eletrônicos (pesquisa quantitativa), cujos resultados são de alta relevância para o processo de desenvolvimento de projetos que buscam a valorização do profissional de Administração, desenvolvidos pela autarquia, bem como por outras partes interessadas.

6.2.2. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade;

O Conselho Federal de Administração (CFA) tem contato direto com seu público-alvo por meio de suas redes sociais e portal da autarquia (www.cfa.org.br). Diariamente a equipe de comunicação publica matérias no portal e nas redes sociais.

O CFA dispõe de meios e instrumentos para promover a divulgação e transparência de informações de interesse coletivo e de sua competência. O meio mais utilizado é o Portal da Transparência disponibilizado no sítio eletrônico (www.cfa.org.br/transparencia-cfa) que apresenta informações pertinentes às despesas; procedimentos licitatórios; competências atribuídas à Entidade e sua estrutura organizacional; Processos seletivos; legislação pertinente aos profissionais de Administração; processos eleitorais; publicações; acordos de cooperação técnicas firmadas com outras Entidades; dentre outras. A criação do Portal acima referido atendeu ao disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e no Acórdão nº 96/2016 do Tribunal de Contas da União.

6.2.3. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos e serviços.

O CFA, em cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, adotou as medidas necessárias no interior de sua Sede, estando a acessibilidade ao edifício, onde se localiza a mesma, também de acordo com as referidas normas.

O portal do CFA já possui o nível exigido básico de acessibilidade por meio de sua estrutura em parâmetros W3C.

As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 abrangem um vasto conjunto de recomendações que têm como objetivo tornar o conteúdo Web mais acessível. O cumprimento destas diretrizes fará com que o conteúdo se torne acessível a um maior número de pessoas com incapacidades, incluindo cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, dificuldades de aprendizagem, limitações cognitivas, limitações de movimentos, incapacidade de fala, etc. Para tal modelo nosso site segue os seguintes padrões:

- Programação do site em HTML5 e formatação de estilos em CSS3,
- Gestor de conteúdo com otimização para SEO (search engine optimization);
- Open source (código aberto);
- Acesso aos deficientes visuais por meio do leitor de tela JAWS;
- Acesso aos deficientes auditivos por meio de estrutura WCAG.

Em 2020 implantamos uma ferramenta de aplicação de tecnologia assistiva de LIBRAS, assistência em áudio e alto contraste de tela, a qual está disponibilizada em nosso portal.

6.2.3.1. Ouvidoria

A Ouvidoria do Conselho Federal de Administração é a ligação entre o Sistema CFA/CRAs e a sociedade, especialmente Pessoas Físicas e Jurídicas, Profissionais de Administração registrados nos CRAs (público alvo).

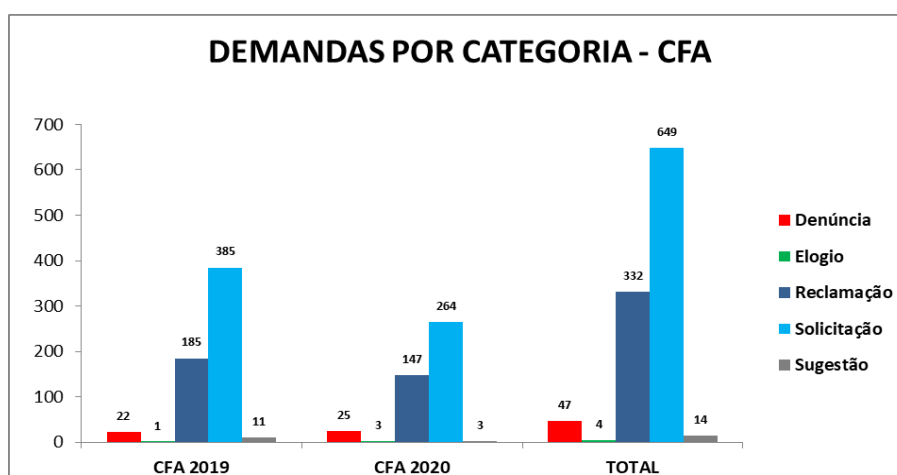
Durante o exercício, a Ouvidoria do CFA recebeu um total de **442** manifestações por meio do formulário eletrônico do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e pelo endereço eletrônico da Ouvidoria. O tempo médio de resposta às demandas ficou em 06 (seis) dias úteis, mitigando os riscos ocasionados com a demora de respostas aos solicitantes.

O indicador de satisfação do usuário é medido pelo número de reclamações recebidas na Ouvidoria, tendo apresentado um decréscimo no período, comparado ao ano de 2019, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Observou-se diminuição de demandas totais no ano de 2020, o que atribuímos à pandemia causada pelo COVID-19. O assunto mais abordado pelos solicitantes junto à Ouvidoria/CFA, foi acerca do cancelamento de registro profissional.

Destacamos ainda o recebimento da categoria solicitação de informação, a qual somou **264** do total de manifestações, denotando um maior interesse do público pelos assuntos da Administração. Registramos também, crescimento no número de denúncias no ano, atribuído ao período de pleito eleitoral nos Regionais.

Gráfico – Demandas por categoria



Os relatórios das atividades da Ouvidoria são publicados trimestralmente na página da transparência do CFA no site na internet.

6.3. Desempenhos da Gestão

6.3.1. Desempenho Orçamentário e Financeiro

6.3.1.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Conselho Federal de Administração, com o objetivo de cumprir sua missão institucional, empregou em suas atividades ao longo dos últimos dois anos seus recursos da forma exposta abaixo.

Detalhamento da Despesa por grupo de elemento de despesa, exercícios de 2019 e 2020.

Tabela - Detalhamento da Despesa por grupo de e elemento de despesa

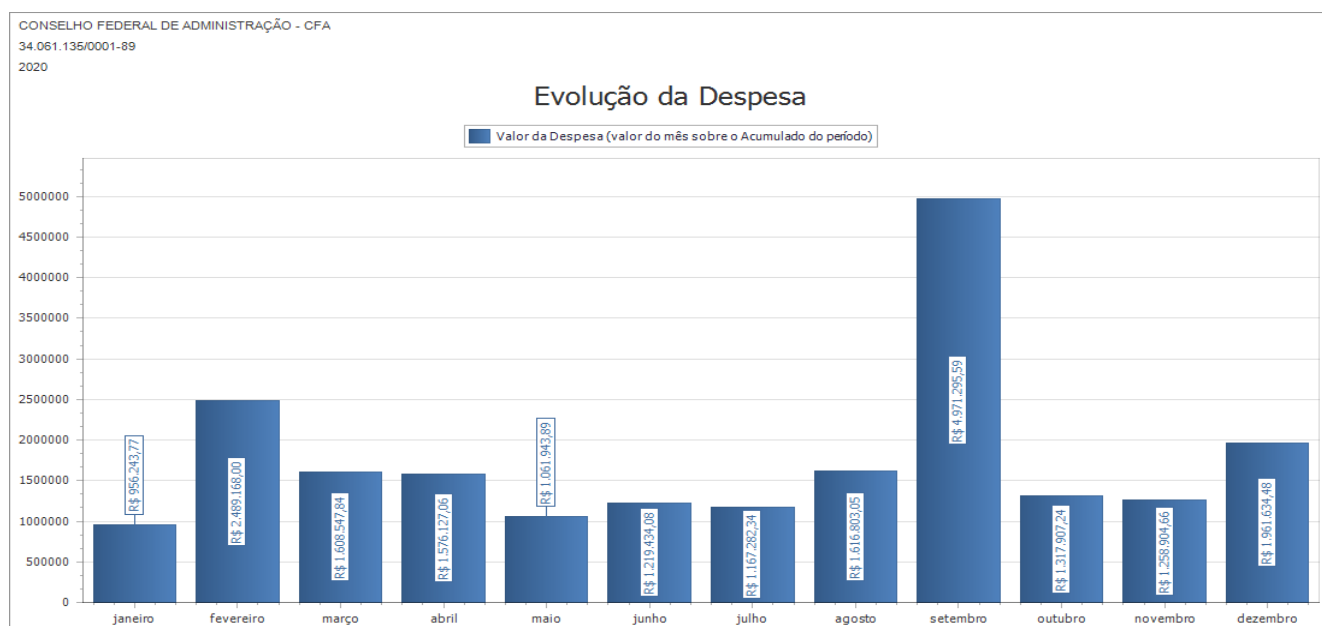
Despesas Empenhadas/Realizadas - Exercícios: 2019 a 2020		
Despesas	2019	2020
Pessoal	8.320.650,88	10.812.675,50
Encargos	2.566.448,07	2.270.737,20
Benefícios	2.449.188,66	2.306.549,09
Bens e Serviço	96.262,62	76.641,09
Serviços - PF	34.616,02	123.106,03
Diárias/Jetons	3.151.025,61	1.132.755,00
Serviços - PJ	1.897.662,99	436.726,35
Passagens	2.388.568,74	881.899,62
Proj. Câmaras	676.470,22	0,00
Eventos/Projetos	2.426.749,75	764.614,43
Revista RBA	140.283,33	47.400,00
Proj. Campanha	585.072,60	1.537.010,15
Serviços Bancário		6.000,23
Aux. Financeiros	731.575,50	0,00
Conv. FIA/ENBRA	300.000,00	0,00
Conv. Diversos	50.000,00	0,00
Conv. PRODER	4.299.741,60	1.598.278,00
Custeio Evento	113.124,00	0,00
Investimentos	1.111.366,50	47.858,64
Demais Despesas	23.853,38	8.685,10
TOTAL	31.362.660,47	22.050.936,43

Com a queda acentuada da receita, houve uma forte preocupação, por parte da gestão, em reduzir as despesas. Medidas de austeridade foram adotadas para efetivar a compensação.

Nesse interim, contratos foram suspensos, rescindidos e/ou tiveram seus valores reduzidos. Renovações contratuais foram realizadas sem reajustes, em sua maioria.

Pelo gráfico, constata-se que o mês de setembro destacou-se em termos de aumento de despesa. Isso foi devido à efetivação do Plano de Demissão Voluntária (PDV), cuja adesão foi de 9 (nove) funcionários, o que totalizou em aproximadamente 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Essa medida foi tomada para ajustar o valor da folha de pagamento aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gráfico – Evolução da Despesa



6.3.1.2. Execução descentralizada com transferência de recursos

Por meio do Fundo de Recursos Financeiros do Conselho Federal de Administração (Fundo PRODER) o CFA concedeu apoio financeiro no valor de R\$1.598.278,00 (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e setenta e oito reais) aos Conselhos Regionais de Administração dos Estados do AC, AL, AP, MA, MT, MS, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, SE e TO para contratação de Solução Integrada e Parametrizável de Tecnologia da Informação (TI), baseada em arquitetura totalmente WEB e hospedagem em ambiente "Cloud Computing", para gestão integrada de processos administrativos, conforme os módulos descritos na tabela:

Módulo 1 - Cadastro de pessoas físicas e jurídicas, autoatendimento, gestão da fiscalização e gestão de documentos e protocolos.

Módulo 2 - Controle Financeiro, Orçamento, Despesas, Controle dos Bens Patrimoniais, Gestão do Portal da Transparência e elaboração do Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União - TCU.

Módulo 10 - Serviços de Migração de dados dos módulos atualmente em uso para os novos módulos, parametrização e configuração dos módulos e do banco de dados para implantação.

Módulo 11 - Banco de horas para os serviços presenciais na sede da convenente para realizar as seguintes atividades: levantamentos, consultoria, homologação da migração dos dados, treinamentos, acompanhamento do uso inicial, reuniões de ponto de controle, etc.

Módulo 12 - Serviços de instalação, configuração e parametrização dos módulos, dos banco de dados e ambiente de Data Center ou *Cloud Computing*.

Tabela – Execução descentralizada

	CRA-AC	CRA-AL	CRA-AP	CRA-MA	CRA-MT
Módulo 1		R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$38.400,00	R\$38.400,00
Módulo 2	R\$15.042,00	R\$15.042,00	R\$15.042,00	R\$17.004,00	R\$17.004,00
Módulo 10		R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00
Módulo 11		R\$33.600,00	R\$67.200,00	R\$33.600,00	R\$33.600,00
Módulo 12		R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
TOTAL	R\$15.042,00	R\$101.842,00	R\$135.442,00	R\$113.404,00	R\$113.404,00

	CRA-MS	CRA-PA	CRA-PB	CRA-PE	CRA-PI
Módulo 1	R\$28.800,00	R\$38.400,00	R\$28.800,00	R\$38.400,00	R\$28.800,00
Módulo 2	R\$15.042,00	R\$17.004,00	R\$15.042,00	R\$17.004,00	R\$15.042,00
Módulo 10	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00
Módulo 11	R\$67.200,00	R\$67.200,00	R\$33.600,00	R\$33.600,00	R\$33.600,00
Módulo 12	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
TOTAL	R\$135.442,00	R\$147.004,00	R\$101.842,00	R\$113.404,00	R\$101.842,00

	CRA-RN	CRA-RO	CRA-RR	CRA-SE	CRA-TO
Módulo 1	R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$28.800,00
Módulo 2	R\$15.042,00	R\$15.042,00	R\$15.042,00	R\$15.042,00	R\$15.042,00
Módulo 10	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00	R\$14.400,00
Módulo 11	R\$33.600,00	R\$33.600,00	R\$67.200,00	R\$11.200,00	R\$33.600,00
Módulo 12	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
TOTAL	R\$101.842,00	R\$101.842,00	R\$135.042,00	R\$79.042,00	R\$101.842,00

6.3.1.3. Informações sobre a realização das receitas

Em análise ao comparativo das receitas arrecadadas, mês a mês, no exercício de 2020, verifica-se que o pico da arrecadação, deu-se no mês de fevereiro, o que normalmente é a regra, representando aproximadamente 21,56% do total efetivamente arrecadado.

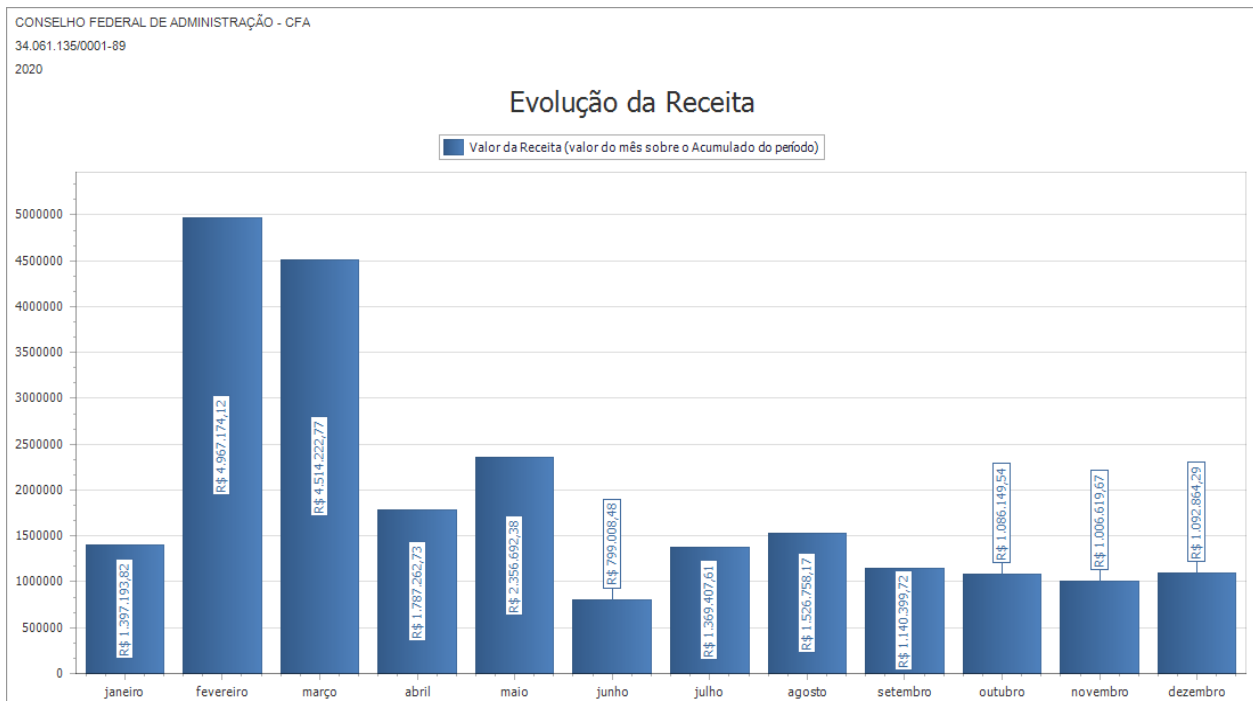
A arrecadação das receitas próprias concentra-se nos meses de fevereiro, março e maio.

A relação entre o total da receita orçada (R\$ 28.092.500,00) e total efetivamente arrecadado (R\$ 23.045.988,34) em 2020 apresentou uma diferença R\$ 5.046.511,66, o que representou uma queda de 17,36%. Em relação ao desempenho de 2019, verifica-se uma queda de 14,23% nas receitas arrecadadas.

Tabela – Comparativo receitas mensais 2020

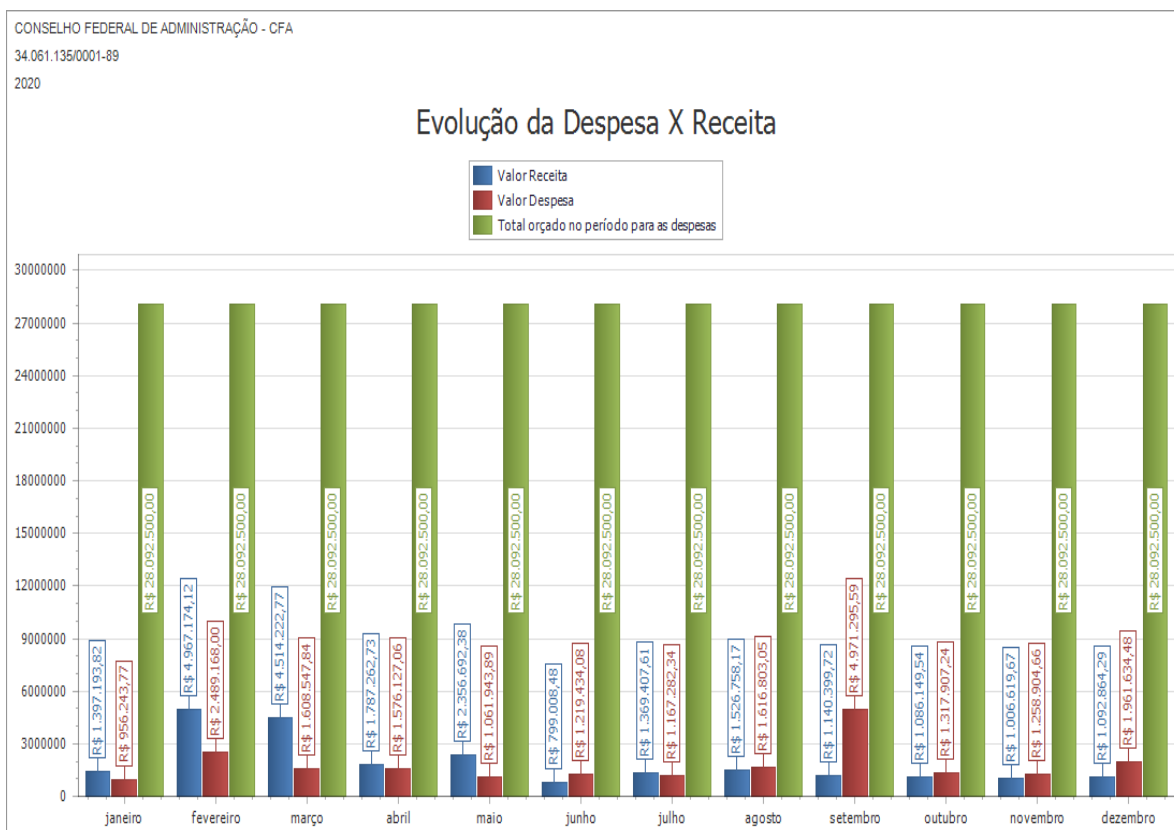
COMPARATIVO RECEITAS MENSAIS 2020		
Meses	Receitas	%
JANEIRO	1.397.193,82	6,06
FEVEREIRO	4.967.174,12	21,55
MARÇO	4.514.022,66	19,59
ABRIL	1.787.262,73	7,76
MAIO	2.356.692,38	10,23
JUNHO	799.008,48	3,47
JULHO	1.369.407,61	5,94
AGOSTO	1.526.758,17	6,63
SETEMBRO	1.142.399,72	4,95
OUTUBRO	1.086.149,54	4,71
NOVEMBRO	1.007.054,82	4,37
DEZEMBRO	1.092.864,29	4,74
TOTAL	23.045.988,34	100,00

Gráfico – Evolução da Receita



6.3.1.4. Informações sobre a evolução das receitas x despesas, em comparação com o valor orçado para o exercício de 2020.

Gráfico – Evolução da Despesa X Receita



Em análise ao gráfico imediatamente anterior, verifica-se que, nos meses de abril, julho e novembro de 2020, receitas e despesas se apresentaram em valores muito próximos. Nos meses de junho, agosto, outubro e novembro os valores com despesas superaram os das receitas. Ressaltamos o valor das despesas no mês de setembro, mês em que a despesa teve seu ápice, pois este foi o período em que foram efetuados os acertos relativos ao PDV.

6.3.1.5. Desempenho operacional

Em análise ao comparativo de receitas arrecadadas, mês a mês do exercício de 2020, verifica-se que o pico da arrecadação ocorreu em fevereiro, representando aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) do total arrecadado, seguido de março e maio.

Em 2020, a receita teve um comportamento atípico em face à decretação da pandemia do COVID-19. A decretação de *lockdowns*, fechamento de aeroportos e empresas, trazendo os impactos para economia de forma geral, desempregos, incertezas, etc.

Diante do cenário inédito e desfavorável, a Diretoria Executiva e o Plenário do CFA envidaram esforços para gerir a situação e tomar as melhores decisões.

Medidas de austeridade foram adotadas de maneira a reduzir as despesas em face à ínfima arrecadação, tais como: redução do quadro funcional com a execução do PDV,

interrupções de contratos, redução de valores contratuais, negociações com fornecedores para renovações de contratos sem reajustes, etc.

6.3.2. Gestão de pessoas

6.3.2.1. Estrutura de pessoal da unidade

Tabela – Demonstrativo do quadro de pessoal do CFA

DEMONSTRATIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO CFA – 31/12/2019

Admissão	Dispensa	Total
19	7	89

DEMONSTRATIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO CFA – 31/12/2020

Admissão	Dispensa	Subtotal
11	15	85

Tabela – Movimentação do Quadro de Pessoal do CFA

Movimentação do Quadro de Pessoal do CFA				Movimentação dos Estagiários		
31/12/2019	Admissão	Dispensa	31/12/2020	Contratados	Dispensados	Existentes
89	11	15	85	9	10	16

Ingresso de funcionários

A admissão de Empregados no quadro de pessoal do Conselho Federal de Administração se dá por Processo Seletivo, observando que a última seleção realizada pelo CFA, em 25/07/2015 com prazo de validade de dois anos, e não foi prorrogado. Não há previsão de processo seletivo no momento.

Gráfico -Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a faixa etária

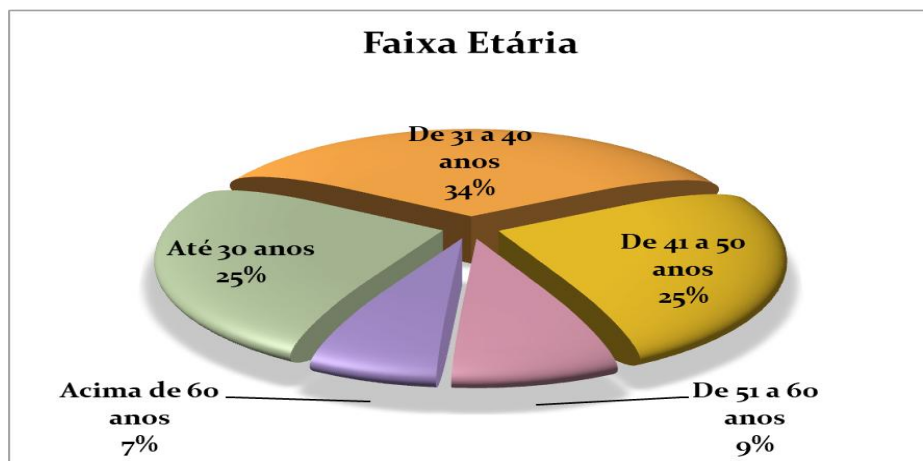


Tabela – Qualificação da força de trabalho

Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos e nível de escolaridade									
Tipologia do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	00	00	00	04	17	22	08	03	01
1.1 Administrador	-	-	-	-	-	07	03	01	01
1.2 Administrador Sênior	-	-	-	-	-	*	-	-	-
1.3 Analista Jurídico	-	-	-	-	-	02	-	-	-
1.4. Analista Jurídico Sênior	-	-	-	-	-	-	01	-	-
1.5 Analista de Banco de Dados	-	-	-	-	-	01	01	-	-
1.6 Analista de Sistema	-	-	-	-	-	01	-	-	-
1.7 Analista de Contabilidade	-	-	-	-	-	01	-	-	-
1.8 Designer	-	-	-	-	-	01	01	-	-
1.9 Assistente Administrativo	-	-	-	-	07	03	-	-	-
1.10 Assistente Administrativo Sênior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.11 Programador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.12 Programador Sênior	-	-	-	-	-	01	-	-	-
1,13 Técnico de Contabilidade Sênior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.14 Profissional de Manutenção	-	-	-	-	01	-	-	-	-
1.15 Técnico em Suporte Rede	-	-	-	-	01	-	-	-	-
1.16 Motorista Sênior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.17 Agente de Portaria	-	-	-	-	03	-	-	-	-
1.18 Auxiliar Serviços Gerais	-	-	-	01	02	01	01	-	-
1.19 Auxiliar Serviços Gerais Sênior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.20 Copeiro	-	-	-	01	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	00	00	00	00	02	12	02	00	00
2.1 Superintendente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Assessor Especial de Auditoria, Normas Públicas e Controle Interno	-	-	-	-	-	02	-	-	-
2.3 Assessor de Comunicação e Imprensa	-	-	-	-	-	03	02	-	-
2.4 Assessor de Multimídia	-	-	-	-	01	-	-	-	-
2.5 Assist. Gabinete da Presidência	-	-	-	-	01	-	-	-	-
2.6 Assist. Gabinete da Vice-Presidência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.7 Assessor de Estudos e Projetos Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Chefe de Web TV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Assessor de Web TV	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3.0 Assessor Financeiro-Contábil	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3.1 Assessor Jurídico Parlamentar	-	-	-	-	-	01	01	-	-
3.2 Assessor da Vice-Presidência	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3.3 Assessor da Presidência	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3.4 Assessor de Controladoria e Auditoria	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3. Totais (1 +2)	00	00	00	04	19	34	10	03	01
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não classificada.									

Programa de Desligamento Voluntário

Em 2020 o CFA realizou Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com o objetivo de melhorar a *performance* do orçamento. Houve adesão de 9 (nove) empregados efetivos, consumindo 96,45% do orçamento destinado do PDV, definido em R\$ 4.000.000,00 (quatro

milhões de reais). Este resultado ensejou uma diminuição de aproximadamente 19% no custo da folha de pagamento.

6.3.2.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas de pessoal (salário, encargos e benefícios) correspondente aos colaboradores de Câmara de fiscalização e Registro - CFR é equivalente a 8,38% do total da despesa de pessoal do CFA.

A CFR é composta por 04 colaboradores, sendo 02 Administradores e 02 Advogados e 01 estagiário.

Vale ressaltar que a CFR não atua diretamente na fiscalização, uma vez que tal competência é dos Conselhos Regionais de Administração nos estados. Regimentalmente a CFR propõe políticas de fiscalização, realizando anualmente encontro de fiscais, no intuito de promover uniformidade de ações e adoção de melhores práticas de fiscalização.

6.3.2.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No momento, o CFA não dispõe de um programa de gestão de riscos.

6.3.2.4. Contratação de mão de obra temporária

Desde 25/07/2015, última seleção pública realizada pelo Conselho Federal de Administração não existe contratação de mão de obra terceirizada.

6.3.3. Gestão de Licitação e Contratos incluindo de TI

Em 2020 foram geradas 180 solicitações de compras. A modalidade de compras mais utilizada foi a Aquisição direta, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico – Distribuição por modalidade de solicitações de compras

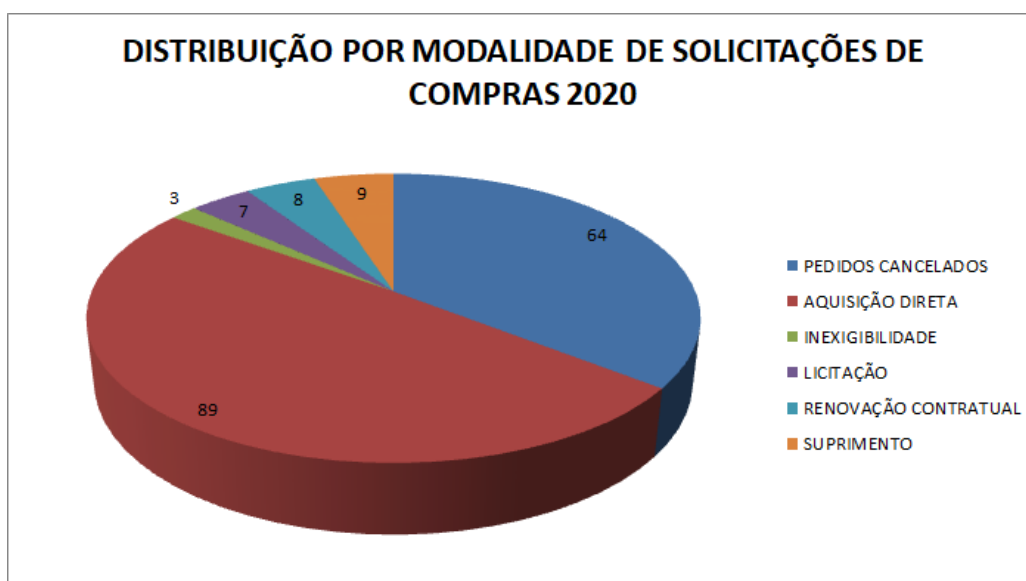
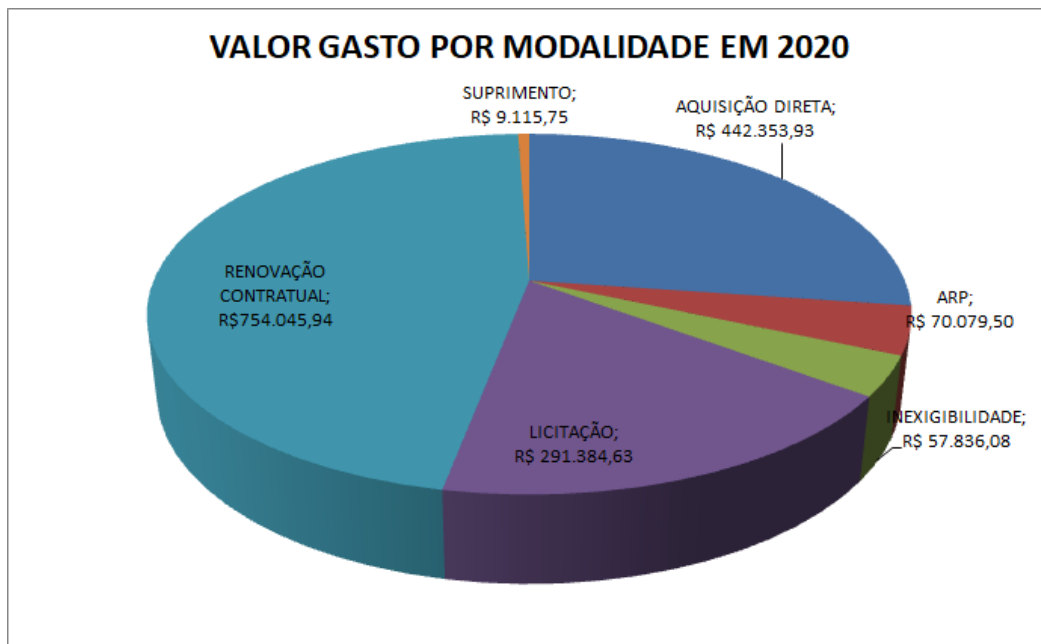


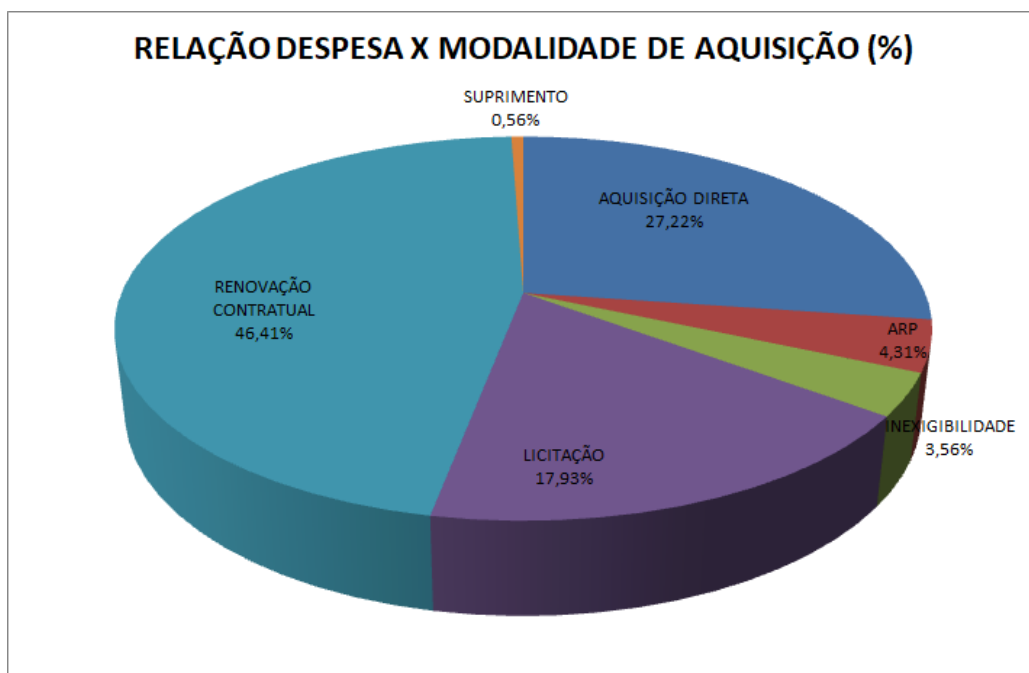
Gráfico – Valor gasto por modalidade



O pregão eletrônico é a forma de licitação predominantemente utilizada pelo CFA.

Das dotações empenhadas para as compras, 64,39% do montante foram efetivadas através de processo licitatório e renovações contratuais provenientes de licitações nos anos anteriores.

Gráfico – Relação de despesa X modalidade de aquisição



6.3.4. Gestão de Patrimônio e infraestrutura

Em 2020, desenvolvemos as seguintes atividades:

- Planejamento e coordenação no desenvolvimento das atividades dos empregados da área de Serviços Gerais, Portaria, Motorista, Manutenção e da área de apoio administrativo.

- Planejamento e coordenação dos serviços de limpeza, manutenção predial, portaria e recepção, manutenção de carros e oferecimento do serviço de motorista.

- Atendimento aos fornecedores de serviços ao CFA de:

- Manutenção dos elevadores.
- Manutenção dos nobreaks da rede estabilizada do CFA.
- Conservação e manutenção do jardim.
- Manutenção predial em geral.
- Controle do fornecimento de água mineral
- Controle do fornecimento do lanche in natura aos empregados do CFA.
- Controle na aquisição e uso de material de limpeza e conservação.
- Controle na aquisição e uso de material escritório, insumos em geral.
- Manutenção dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado de diversas marcas, modelos, tipos e capacidades, do CFA.
- Manutenção dos serviços de cotação, reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestres e aéreas, nacionais e internacionais.
- Manutenção do fornecimento de combustíveis e lubrificantes, para atender as necessidades do Conselho Federal de Administração
- Manutenção do Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SPM) para 18 (dezoito) linhas e com fornecimento de 14 (catorze) aparelhos celulares (smartphone) em regime de comodato.
- Manutenção do Portal da Transparência quanto às passagens aéreas utilizadas pelos Conselheiros Federais e Empregados.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não ocorreu desfazimento de ativos em 2020.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Melhoria constante dos processos administrativos internos para eficaz manutenção predial em geral.

6.3.5. Gestão da tecnologia da informação

A coordenação de informática possui proposição para modelo de governança de TI que será submetida para a diretoria executiva até o final do primeiro semestre de 2021. Os processos de aquisição de bens e de serviços de TI são realizados em conformidade com o alinhamento estratégico da organização e aderente às instruções normativas 5/2017/MPDG e 1/2019/ME, como boa prática.

Os catálogos de serviços e técnicos de TI foram delineados e serão submetidos para aprovação da diretoria executiva até o final do primeiro semestre/2021.

Os processos de desenvolvimento de aplicações são executados segundo o framework *Scrum* e adota-se plataforma de desenvolvimento para linguagem específica, visando atender a padronização do ambiente de desenvolvimento e manutenção de aplicações. Norma com referência no padrão ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 e em técnicas para critério de avaliação para segurança de TI será submetida para aprovação da diretoria executiva até o final do primeiro semestre/2021.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O CFA possui Regulamento Interno de Segurança da Informação, conferindo papéis, direitos e obrigações na gestão da informação do CFA. A constituição de uma cultura de segurança é um desafio que a área de TI enfrenta cotidianamente.

Proposta de Política de Segurança da Informação contemplando normas e processos de treinamento será submetida à diretoria executiva até o final do primeiro semestre/2021, visando a ampliar a cobertura da segurança atual e estabelecer papéis apropriados para processos de decisão relacionados ao tema no âmbito do CFA.

Mantêm-se as ações de convergência dos mecanismos de autenticação dos serviços oferecidos pelo CFA aos seus usuários para o modelo denominado *Single Sign-On – logon* único.

O CFA possui serviço de backup de máquinas virtuais, com monitoramento diário. Processo de teste de recuperação ainda não foi implantado. Estudo de viabilidade para contratação de hospedagem de cópia e de contingência em nuvem ainda não foi efetuado.

Para acesso a serviços de rede interna de forma remota e, minimamente segura, estabeleceu-se acesso VPN por meio de protocolo SSL.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Constituição de comissão de segurança da informação;
- Atendimento eficaz às demandas de TIC do CFA, frente a redução de 33% do quadro de pessoal da unidade;
- Disponibilidade de pessoal para integração de pessoal em equipe de planejamento e de equipe de gestão da contratação para bens e serviços de TIC;

- Adoção de meios mais eficazes para elaboração de estudos técnicos preliminares aderentes às melhores práticas e em conformidade com normativos vigentes;
- Consolidação do processo de contratação com base nas IN 5/2017 e IN 1/2019;
- Ampliação do uso de cloud computing e de software como serviço.

AÇÕES FUTURAS

- Proposição de solução de TI para aceleração da etapa de planejamento da contratação;
- Elaboração e divulgação de cartilha de processo de contratação de bens e de serviços de TI;
- Reformulação da política de segurança, contemplando atendimento aos requisitos da LGPD;
- Reformulação de normas de segurança da informação, contemplando: uso de recursos computacionais do CFA; uso da internet; uso de correio eletrônico; gerenciamento de incidentes de segurança da informação; gestão de continuidade de TIC; gestão de riscos da informação; contabilização de ativos de TIC; intercâmbio de informações; segurança física; segurança em terceirização e prestação de serviços; desenvolvimento e manutenção de aplicações; distribuição de hardware e software; proteção contra código malicioso; uso de dispositivos móveis no ambiente corporativo;
- Adequação da infraestrutura de TI, a partir de execução de procedimentos de análise de vulnerabilidade, visando melhorar o tratamento de riscos de segurança da informação;
- Capacitação de pessoal de desenvolvimento e de suporte à infraestrutura para promoção do princípio da privacidade de dados para projeto e produção de serviços, como regra.

6.3.6. Gestão de Custos

O Conselho Federal de Administração - CFA não aplica a Sistemática de Apuração de Custos.

7. Capítulo 05 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

7.1. Desempenho financeiro no exercício

Os Ingressos e os Dispêndios refletem a movimentação financeira e orçamentária das Receitas Arrecadadas e das Despesas Empenhadas/Realizadas no exercício de 2020.

Com o *superativ* Orçamentário no valor de R\$ 995.051,91, analisando a composição do Balanço Financeiro, principalmente no que se refere aos saldos das contas Caixa e Equivalente a Caixa do exercício anterior, no valor de R\$5.625.670,77 e Caixa e Equivalente a Caixa para o exercício seguinte, no valor de R\$ 6.806.258,25, verifica-se um impacto positivo nas reservas financeiras no valor de R\$ 1.180.587,48.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

A exemplo do Siscont.Net, Sistema Contábil adquirido sob licença da Implanta Informática que, trata da contabilização e emissão de relatórios contábeis, o Conselho Federal de Administração (CFA), adquiriu, também, licença do Sispat.Net, Sistema de Controle e emissão de relatórios Patrimoniais, no qual são registrados os bens físicos e intangíveis, sob a forma de no de tombamento e, lançamentos interligados ao Siscont.Net.

Aquisições de bens máquinas, motores e aparelhos e de serviços obras e instalações de natureza patrimonial, decorrente da execução orçamentária do Siscont.Net são automaticamente exportadas para o Sispat.Net.

Na amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, tem-se, no Conselho Federal de Administração (CFA), um Comissão Especial de Controle do Inventário, da Avaliação e das Baixas que se fizerem necessário.

Quanto à Depreciação, a partir de 2012, o Conselho Federal de Administração (CFA), através da Resolução Normativa 428, de 19/11/2012 (vide portal da transparência) que, aprovou MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA DEPRECIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS e, este manual, atrelado às funções do Sispat.Net, atende as necessidades da Autarquia no que se refere à execução da Depreciação dos itens patrimoniais.

Todos os bens, divididos em suas respectivas categorias para fins de Depreciação, são controlados e depreciados pelo Sistema Patrimonial Sispat.Net, neste caso, a contabilização no Siscont.Net dar-se na exportação inversa à aquisição.

O Sispat.Net, emite relatórios de Doações e de Depreciações e, exporta os valores para o Siscont.Net, antes do encerramento do exercício.

7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

7.3.1 Balanço Orçamentário

Vide Anexo I

7.3.2. Balanço Patrimonial

Vide Anexo II

7.3.3. Variações Patrimoniais

Vide Anexo III

7.3.4. Fluxo de Caixa

Vide Anexo IV

7.3.5. Balanço Financeiro

Vide Anexo V

7.3.6. Comparativo da Receita

Vide Anexo VI

7.3.7. Comparativo da Despesa

Vide Anexo VII

7.3.8. Notas Explicativas

Vide Anexo VIII

7.4. Declaração do contador ou opinião dos auditores

24/03/2021

SEI/CFA - 0804867 - CAF: Relatório



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CBA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Contabilidade

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L Edifício CFA - Bairro Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1816 - www.cfa.org.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis consolidam todas as informações sobre os atos e fatos inerentes ao Conselho Federal de Administração - CFA, os demonstrativos apresentados seguem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o disposto na lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

Concluindo, DECLARO que as demonstrações contábeis apresentadas atendem aos requisitos de conformidade, confiabilidade e legalidade.

Cont. João Gutemberg Menezes Monteiro
CRC-DF 007083/O-4
CPF: 194.138.621-91

Brasília, 23 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cont. João Gutemberg Menezes Monteiro, Chefe da Seção de Contabilidade**, em 24/03/2021, às 07:48, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0804867** e o código CRC **EB1B4AD7**.

Referência: Processo nº 476900.000182/2021-58

SEI nº 0804867

7.5. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

24/03/2021

SEI/CFA - 0804906 - CAF: Relatório



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Contabilidade
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L Edifício CFA - Bairro Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1816 - www.cfa.org.br

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Sistema de contratação	Dispensa de licitação
Nome da empresa contratada	CWE Soluções contabilidade e consultoria empresarial EIRELI
CNPJ da empresa contratada	10.286.598/0001-80
Endereço da empresa contratada	QSA 12 Lote 07 Edifício JEBRINI Sala 301 Comercial Sul – Taguatinga Sul -
Valor do contrato	17.000,00
Serviços contratados	Serviço de auditoria independente contábil, de gestão e tecnológica no CFA, em Brasília/DF, objetivando a emissão de relatório e do parecer de auditoria sobre os sistemas de informação, demonstrações contábeis, bem como, sobre os controles internos da Autarquia inerentes ao exercício de 2020 . Antecipamos que os trabalhos de campo (auditoria <i>in loco</i>) serão realizados nas dependências do CFA em Brasília/DF e compreenderão o período de 5 (cinco) dias úteis, independentemente do prazo de entrega do relatório e parecer, em data a ser definida em contrato.

Brasília, 23 de março de 2021

Referência: Processo nº 476900.000182/2021-58

SEI nº 0804906

https://sei.cfa.org.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=867589&infra_sistema... 1/1

7.6. Atuação da unidade de auditoria interna

A Assessoria Especial de Auditoria, Normas Públicas e Controle Interno é responsável pela análise permanente ou circunstanciada da conformidade de contas periódicas e anuais do Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Administração (CFA/ CRAs), bem como, por servir ao sistema como órgão consultivo em matérias orçamentárias, financeiras, contábeis e de gestão. São fontes normativas dessa Assessoria o Regulamento da Estrutura Administrativa Operacional do CFA e, subsidiariamente, todas as normas aplicáveis aos órgãos de controle interno das entidades da administração pública federal, inclusive de jurisprudências pertinentes emanadas de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

Dentre as realizações mais representativas dessa Assessoria em 2020, constam:

- Orientações e subsídios à Câmara de Administração e Finanças (CAF) e ao Plenário do Conselho Federal, durante a fase de julgamento das contas dos CRAs;
- Orientação aos CRAs quanto à elaboração de prestação de contas do CFA ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- Apoio técnico a Junta Interventora, na Intervenção realizada pelo CFA, no Conselho Regional de Administração do Pará, devido a inúmeros indícios de irregularidades e danos ao erário;

- Instauração de tomadas de contas especiais, visando o ressarcimento de eventuais danos causados ao Sistema CFA/CRA's;
- Realização de auditorias nos CRA's com equipe própria, a partir da análise das contas do exercício de 2019.

7.6.1. Ações Desempenhadas

Auditoria contábil e de Gestão nos CRA's, abrangendo o exercício de 2019, contemplando: a análise de atos e fatos de natureza administrativa e financeira; os registros contábeis pertinentes; a eficiência e eficácia dos controles internos; e a probidade na movimentação e gestão dos recursos financeiros, assim como na guarda dos bens e valores dos CRA's;

Análise in loco das Prestações de Contas relativas aos projetos financiados pelo Programa de Desenvolvimento dos CRA's (PRODER), comprometidos com o planejamento estratégico do Sistema CFA/CRA's e abrangendo investimentos relacionados à aquisição de equipamentos, ao reconhecimento profissional e à estruturação física das sedes dos CRA's;

Orientações e instruções presenciais, de forma didática, aos empregados e gestores envolvidos nas atividades dos CRA's, incluindo convênios com o Fundo PRODER, área contábil, recursos humanos, e licitações e contratos;

Orientações in loco aos empregados e gestores dos CRA's quanto à necessidade, importância e economicidade de se implantar o sistema de contratação por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, além de esclarecimento a respeito das decisões (Acórdãos) do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio das quais aquela Corte de Contas vem desaprovando, de forma fundamentada, a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial.

7.7. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos (AUD)

O Conselho Federal de Administração (CFA) dispõe de instrumento próprio para apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade, que se encontra disponível no sítio eletrônico do CFA, na área de Transparência e prestação de contas (<https://cfa.org.br/transparencia-cfa>).

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência do funcionamento e aos objetivos da organização e representam aqueles processos que efetivamente entregam valor à administração no Brasil. Tais processos no âmbito do CFA nortearam o Planejamento Estratégico institucional e envolveram:

- Aprimoramento contínuo de seus processos e metodologias de gestão.
- Gestão cada vez mais transparente e participativa, orientada para produzir.
- Resultados relevantes e mensuráveis que transformem e melhorem o exercício da profissão e a realidade da Administração brasileira.
- Fortalecimento da atuação sistêmica, possibilitando mensurar, avaliar e comunicar, de forma objetiva, os resultados alcançados no cumprimento da missão.

Desta forma, no exercício de 2020, não foi apontada irregularidade ou disfunção relevante no âmbito dos macroprocessos finalísticos que impactasse o desempenho institucional. Adequações de ações foram realizadas sem necessidade de correição, vez que concernentes aos macros objetivos planejados.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.2. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2020 não houve determinações e recomendações do TCU ao CFA.

8.3. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve recomendação do Órgão de Controle Interno ao CFA em 2020.

8.4. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

As medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por eventuais danos ao Erário dos CRAs consistem em apresentar denúncia formal ao Tribunal de Contas da União – TCU e Ministério Público Federal, incluindo a instauração de Tomada de Contas Especial, quando for o caso, tanto nas situações em que há reprovação da prestação de contas, quanto no conhecimento de atos ilícitos, porventura praticados pelos gestores.

O CFA dispõe também, de normativos como Regulamento do Processo Ético Disciplinar dos Profissionais de Administração e Código de Ética dos Profissionais de Administração (CEPA), aprovados, respectivamente, pelas Resoluções Normativas CFA nº 537 e 538, de 22/03/2018.

ANEXOS

Anexo I – Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE	0,00	28.092.500,00	23.045.988,34	-5.046.511,66		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	1.500,00	3.600,00	2.100,00		
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	1.500,00	3.600,00	2.100,00		
FINANCEIRAS	0,00	700.000,00	204.125,31	-495.874,69		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	700.000,00	204.125,31	-495.874,69		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	700.000,00	204.125,31	-495.874,69		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	27.391.000,00	22.838.263,03	-4.552.736,97		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	0,00	28.092.500,00	23.045.988,34	-5.046.511,66		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	0,00	28.092.500,00	23.045.988,34	-5.046.511,66		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	27.682.500,00	22.003.077,79	21.323.057,07	21.288.580,35	5.679.422,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.518.000,00	13.083.412,70	12.925.626,32	12.925.626,32	2.434.587,30
REMUNERAÇÃO PESSOAL	0,00	12.868.000,00	10.812.675,50	10.805.778,85	10.805.778,85	2.055.324,50
ENCARGOS PATRONAIS	0,00	2.650.000,00	2.270.737,20	2.119.847,47	2.119.847,47	379.262,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.442.000,00	7.306.701,76	6.785.573,22	6.751.289,42	3.135.298,24
BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	2.636.000,00	2.306.549,09	2.272.204,30	2.272.204,30	329.450,91
USO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	1.719.000,00	1.332.502,12	1.295.062,55	1.295.062,55	386.497,88

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	0,00	6.087.000,00	3.667.650,55	3.218.306,37	3.184.022,57	2.419.349,45
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
TRIBUTOS	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	39.000,00	8.685,10	8.685,10	8.685,10	30.314,90
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	10.000,00	6.000,23	4.894,43	4.701,51	3.999,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	0,00	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	410.000,00	47.858,64	3.794,82	3.794,82	362.141,36
INVESTIMENTOS	0,00	140.000,00	47.858,64	3.794,82	3.794,82	92.141,36
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	90.000,00	47.858,64	3.794,82	3.794,82	42.141,36
INTANGÍVEL	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
BENS IMÓVEIS	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	0,00	28.092.500,00	22.050.936,43	21.326.851,89	21.292.375,17	6.041.563,57
SUPERÁVIT	0,00	0,00	995.051,91	0,00	0,00	995.051,91
TOTAL	0,00	28.092.500,00	23.045.988,34	21.326.851,89	21.292.375,17	5.046.511,66

Anexo II - Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	11.174.185,33	18.038.935,20	PASSIVO CIRCULANTE	938.409,47	1.207.692,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.806.258,25	5.625.670,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	780.244,82	1.202.756,13
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.002.936,56	10.774.505,84	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.364.990,52	1.638.758,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.673,30	213,80
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	156.491,35	4.722,58
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	26.072.545,29	26.457.333,97	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	7.816,50	7.816,50	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	7.816,50	7.816,50	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	25.730.580,24	26.115.368,92	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	4.704.782,48	4.725.330,22	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	22.804.010,74	22.804.010,74	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.778.212,98	1.413.972,04		0,00	0,00
INTANGÍVEL	334.148,55	334.148,55		0,00	0,00
SOFTWARES	334.148,55	334.148,55		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	938.409,47	1.207.692,51

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	36.308.321,15	43.288.576,66
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.308.321,15	43.288.576,66
TOTAL	37.246.730,62	44.496.269,17	TOTAL	37.246.730,62	44.496.269,17
ATIVO FINANCEIRO	9.844.424,27	8.736.552,86	PASSIVO FINANCEIRO	1.662.494,01	2.912.454,14
ATIVO PERMANENTE	27.402.306,35	35.759.716,31	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				35.584.236,61	41.583.815,03

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	8.181.930,26	5.824.098,72

Anexo III - Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA			23.869.926,88	35.096.717,58	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	30.849.729,01	40.854.999,66
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.600,00	55.167,37			PESSOAL E ENCARGOS	15.149.479,36	13.331.004,52
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.600,00	55.167,37			REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	10.809.311,43	8.316.597,47
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.600,00	55.167,37			REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	10.809.311,43	8.316.597,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	204.125,31	641.539,67			ENCARGOS PATRONAIS	2.119.847,47	2.566.448,07
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	204.125,31	641.539,67			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.119.847,47	2.566.448,07
MULTAS SOBRE ANUIDADES	204.125,31	641.539,67			BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.220.320,46	2.447.958,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	22.578.333,03	32.252.307,49			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.220.320,46	2.447.958,98
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.838.263,03	26.412.844,46			USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.449.508,98	10.589.056,14
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.838.263,03	26.412.844,46			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	72.897,44	102.513,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-259.930,00	5.839.463,03			CONSUMO DE MATERIAL	72.897,44	102.513,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-259.930,00	5.839.463,03			SERVIÇOS	4.984.402,60	10.298.126,03
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.083.868,54	2.147.703,05			DIARIAS	1.111.490,00	3.144.237,61
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.083.868,54	2.147.703,05			SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	122.988,64	33.687,49
INDENIZAÇÕES	950.582,00	1.967.674,00			SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	3.749.923,96	7.120.200,93
REVERSÃO DE PROVISÕES	133.286,54	123.909,14			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	392.208,94	188.416,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	56.119,91			DEPRECIACAO	392.208,94	188.416,24
					TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.598.278,00	5.494.441,10
					TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.598.278,00	5.494.441,10
					TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.598.278,00	5.494.441,10
					DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	5.450.447,56
					REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	5.450.447,56
					REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	5.450.447,56
					TRIBUTÁRIAS	0,00	215,17
					IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	215,17
					TAXAS	0,00	215,17
					OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.652.462,67	5.989.835,17

	Exercício Atual		Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.652.462,67	5.989.835,17
				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.652.462,67	5.989.835,17
Total das Variações Ativas :	23.869.926,88	35.096.717,58	Total das Variações Passivas :		30.849.729,01	40.854.999,66
RESULTADO PATRIMONIAL						
Déficit do Exercício	6.979.802,13	5.758.282,08	Superávit do Exercício			
Total	30.849.729,01	40.854.999,66	Total		30.849.729,01	40.854.999,66

Anexo IV - Fluxo de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	23.045.988,34	27.073.735,90
RECEITA DE SERVIÇOS	3.600,00	55.167,37
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	3.600,00	55.167,37
FINANCEIRAS	204.125,31	641.083,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	204.125,31	641.083,53
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	204.125,31	641.083,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.838.263,03	26.377.485,00
OUTROS INGRESSOS	13.207.668,12	18.659.900,92
DESEMBOLSOS		
OUTROS DESEMBOLSOS	13.780.693,81	18.983.723,33
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	22.472.962,65	26.749.913,49
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.292.375,17	-30.651.275,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	21.288.580,35	29.547.159,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.805.778,85	8.317.118,30
ENCARGOS PATRONAIS	2.119.847,47	2.566.448,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.751.289,42	12.563.357,71
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	215,17
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	8.685,10	600.260,31
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.701,51	5.319,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.598.278,00	5.494.441,10
DESPEZA DE CAPITAL	3.794,82	1.104.115,82
INVESTIMENTOS	3.794,82	1.104.115,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-21.292.375,17	-30.651.275,81
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-20.111.787,69	-34.552.638,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.625.670,77	9.527.033,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	-14.486.116,92	5.625.670,77

Anexo V - Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	23.045.988,34	27.073.735,90	Despesa Orçamentária	22.050.936,43	31.361.956,54
RECEITA REALIZADA	23.045.988,34	27.073.735,90	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	724.084,54	710.227,35
RECEITA CORRENTE	23.045.988,34	27.073.735,90	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	34.476,72	453,38
RECEITA DE SERVICOS	3.600,00	55.167,37	CREDITO EMPENHADO – PAGO	21.292.375,17	30.651.275,81
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	3.600,00	55.167,37	DESPESA CORRENTE	21.288.580,35	29.547.159,99
FINANCEIRAS	204.125,31	641.083,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.805.778,85	8.317.118,30
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	204.125,31	641.083,53	ENCARGOS PATRONAIS	2.119.847,47	2.566.448,07
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	204.125,31	641.083,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.751.289,42	12.563.357,71
TRANSFERENCIAS CORRENTES	22.838.263,03	26.377.485,00	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		215,17
			DEMAIS DESPESAS CORRENTES	8.685,10	600.260,31
			SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.701,51	5.319,33
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.598.278,00	5.494.441,10
			DESPESA DE CAPITAL	3.794,82	1.104.115,82
			INVESTIMENTOS	3.794,82	1.104.115,82
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	13.966.229,38	19.370.581,65	Pagamentos Extraorçamentários	13.780.693,81	18.950.850,83
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	724.084,54	710.227,35	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	546.194,71	316.214,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados	34.476,72	453,38	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		69.796,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	411.258,71	433.161,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.796.409,41	18.226.739,47	Outros Pagamentos Extraorçamentários	13.234.499,10	18.564.839,32
Saldo em espécie do Exercício Anterior	5.658.543,27	9.527.033,09	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	6.839.130,75	5.658.543,27
Caixa e Equivalente de Caixa	5.625.670,77	9.527.033,09	Caixa e Equivalente de Caixa	6.806.258,25	5.625.670,77
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	32.872,50		Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	32.872,50	32.872,50
Total:	42.670.760,99	55.971.350,64		42.670.760,99	55.971.350,64

Anexo VI - Comparativo da Receita

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	28.092.500,00	23.045.988,34	23.045.988,34	5.046.511,66
RECEITA CORRENTE	28.092.500,00	23.045.988,34	23.045.988,34	5.046.511,66
RECEITA DE SERVIÇOS	1.500,00	3.600,00	3.600,00	-2.100,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	1.500,00	3.600,00	3.600,00	-2.100,00
Certific. Profissional - Modalidade: Por Prova	1.500,00	3.600,00	3.600,00	-2.100,00
FINANCEIRAS	700.000,00	204.125,31	204.125,31	495.874,69
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	700.000,00	204.125,31	204.125,31	495.874,69
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	700.000,00	204.125,31	204.125,31	495.874,69
Rendimentos de Aplicações Financeiras	700.000,00	204.125,31	204.125,31	495.874,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.391.000,00	22.838.263,03	22.838.263,03	4.552.736,97
Transferências de Quota-Parte do CRA/AC do Exercício	137.000,00	114.748,99	114.748,99	22.251,01
Transferências de Quota-Parte do CRA/AL do Exercício	165.000,00	161.511,13	161.511,13	3.488,87
Transferências de Quota-Parte do CRA/AM do Exercício	468.500,00	322.719,17	322.719,17	145.780,83
Transferências de Quota-Parte do CRA/AP do Exercício	70.000,00	66.188,41	66.188,41	3.811,59
Transferências de Quota-Parte do CRA/BA do Exercício	1.667.000,00	1.156.108,18	1.156.108,18	510.891,82
Transferências de Quota-Parte do CRA/CE do Exercício	670.000,00	516.348,11	516.348,11	153.651,89
Transferências de Quota-Parte do CRA/DF do Exercício	1.149.500,00	1.100.002,14	1.100.002,14	49.497,86
Transferências de Quota-Parte do CRA/ES do Exercício	1.196.500,00	911.198,17	911.198,17	285.301,83
Transferências de Quota-Parte do CRA/GO do Exercício	650.000,00	411.657,67	411.657,67	238.342,33
Transferências de Quota-Parte do CRA/MA do Exercício	210.000,00	157.178,74	157.178,74	52.821,26
Transferências de Quota-Parte do CRA/MG do Exercício	3.213.500,00	2.602.464,12	2.602.464,12	611.035,88
Transferências de Quota-Parte do CRA/MS do Exercício	350.000,00	306.805,54	306.805,54	43.194,46
Transferências de Quota-Parte do CRA/MT do Exercício	346.000,00	315.595,33	315.595,33	30.404,67
Transferências de Quota-Parte do CRA/PA do Exercício	594.500,00	549.188,89	549.188,89	45.311,11
Transferências de Quota-Parte do CRA/PB do Exercício	200.000,00	177.366,79	177.366,79	22.633,21
Transferências de Quota-Parte do CRA/PE do Exercício	294.000,00	181.298,30	181.298,30	112.701,70
Transferências de Quota-Parte do CRA/PI do Exercício	170.000,00	168.445,88	168.445,88	1.554,12
Transferências de Quota-Parte do CRA/PR do Exercício	1.200.000,00	795.906,16	795.906,16	404.093,84
Transferências de Quota-Parte do CRA/RJ do Exercício	3.800.000,00	3.235.683,59	3.235.683,59	564.316,41
Transferências de Quota-Parte do CRA/RN do Exercício	256.800,00	211.659,27	211.659,27	45.140,73

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc	Diferença
Transferências de Quota-Parte do CRA/RO do Exercício	218.000,00	193.792,84	193.792,84	24.207,16
Transferências de Quota-Parte do CRA/RR do Exercício	106.300,00	92.552,36	92.552,36	13.747,64
Transferências de Quota-Parte do CRA/RS do Exercício	1.885.000,00	1.637.430,20	1.637.430,20	247.569,80
Transferências de Quota-Parte do CRA/SC do Exercício	1.500.000,00	1.418.070,70	1.418.070,70	81.929,30
Transferências de Quota-Parte do CRA/SE do Exercício	250.000,00	134.568,30	134.568,30	115.431,70
Transferências de Quota-Parte do CRA/SP do Exercício	4.494.500,00	4.061.850,76	4.061.850,76	432.649,24
Transferências de Quota-Parte do CRA/TO do Exercício	200.000,00	180.155,19	180.155,19	19.844,81
Transferências de Quota-Parte do CRA/AC de Exercícios Anteriores	12.500,00	12.497,89	12.497,89	2,11
Transferências de Quota-Parte do CRA/AL de Exercícios Anteriores	100.000,00	7.575,59	7.575,59	92.424,41
Transferências de Quota-Parte do CRA/AM de Exercícios Anteriores	16.500,00	16.226,18	16.226,18	273,82
Transferências de Quota-Parte do CRA/AP de Exercícios Anteriores	15.000,00	11.420,20	11.420,20	3.579,80
Transferências de Quota-Parte do CRA/BA de Exercícios Anteriores	133.000,00	132.663,82	132.663,82	336,18
Transferências de Quota-Parte do CRA/CE de Exercícios Anteriores	60.000,00	59.416,99	59.416,99	583,01
Transferências de Quota-Parte do CRA/DF de Exercícios Anteriores	35.500,00	35.198,86	35.198,86	301,14
Transferências de Quota-Parte do CRA/ES de Exercícios Anteriores	53.500,00	53.365,49	53.365,49	134,51
Transferências de Quota-Parte do CRA/GO de Exercícios Anteriores	60.000,00	25.894,00	25.894,00	34.105,99
Transferências de Quota-Parte do CRA/MA de Exercícios Anteriores	100.000,00	11.069,40	11.069,40	88.930,60
Transferências de Quota-Parte do CRA/MG de Exercícios Anteriores	200.000,00	177.713,10	177.713,10	22.286,90
Transferências de Quota-Parte do CRA/MS de Exercícios Anteriores	20.000,00	19.165,89	19.165,89	834,11
Transferências de Quota-Parte do CRA/MT de Exercícios Anteriores	19.000,00	18.847,70	18.847,70	152,30
Transferências de Quota-Parte do CRA/PA de Exercícios Anteriores	300.500,00	299.499,54	299.499,54	1.000,46
Transferências de Quota-Parte do CRA/PB de Exercícios Anteriores	12.000,00	11.974,30	11.974,30	25,70
Transferências de Quota-Parte do CRA/PE de Exercícios Anteriores	13.000,00	12.890,19	12.890,19	109,81
Transferências de Quota-Parte do CRA/PI de Exercícios Anteriores	10.000,00	6.922,60	6.922,60	3.077,40
Transferências de Quota-Parte do CRA/PR de Exercícios Anteriores	30.000,00	29.553,10	29.553,10	446,90
Transferências de Quota-Parte do CRA/RJ de Exercícios Anteriores	200.000,00	196.642,50	196.642,50	3.357,50
Transferências de Quota-Parte do CRA/RN de Exercícios Anteriores	13.200,00	13.018,70	13.018,70	181,30
Transferências de Quota-Parte do CRA/RO de Exercícios Anteriores	14.000,00	13.976,80	13.976,80	23,20
Transferências de Quota-Parte do CRA/RR de Exercícios Anteriores	8.700,00	8.592,40	8.592,40	107,60
Transferências de Quota-Parte do CRA/RS de Exercícios Anteriores	205.000,00	203.314,09	203.314,09	1.685,91
Transferências de Quota-Parte do CRA/SC de Exercícios Anteriores	90.000,00	74.699,50	74.699,50	15.300,50
Transferências de Quota-Parte do CRA/SE de Exercícios Anteriores	10.000,00	6.454,80	6.454,80	3.545,20
Transferências de Quota-Parte do CRA/SP de Exercícios Anteriores	185.500,00	187.390,16	187.390,16	-1.890,16

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc	Diferença
Transferências de Quota-Parte do CRA/TO de Exercícios Anteriores	12.000,00	11.783,98	11.783,98	216,02

Total: 28.092.500,00 23.045.988,34 23.045.988,34 5.046.511,66

Anexo VII - Comparativo da Despesa Empenhada

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	28.092.500,00	22.050.936,43	22.050.936,43	6.041.563,57
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	27.682.500,00	22.003.077,79	22.003.077,79	5.679.422,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.518.000,00	13.083.412,70	13.083.412,70	2.434.587,30
REMUNERAÇÃO PESSOAL	12.868.000,00	10.812.675,50	10.812.675,50	2.055.324,50
Salários	6.905.000,00	5.570.542,84	5.570.542,84	1.334.457,16
Gratificação de Função	600.000,00	535.089,52	535.089,52	64.910,48
13º Salário	610.000,00	547.952,49	547.952,49	62.047,51
Abono Pecuniário de Férias	100.000,00	47.799,24	47.799,24	52.200,76
1/3 de Férias - CF/88	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Horas Extras	110.000,00	46.168,55	46.168,55	63.831,45
Bolsa para Estagiários	250.000,00	216.791,95	216.791,95	33.208,05
Adicional Noturno	10.000,00	8.980,90	8.980,90	1.019,10
Aviso Prévio Indenizado-Programa Demissão Voluntária-PDV	4.020.000,00	3.813.015,05	3.813.015,05	206.984,95
Adicional de Periculosidade	17.000,00	16.263,95	16.263,95	736,05
Horas Normais Noturnas	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
Incorporação de Vantagens	15.000,00	10.071,01	10.071,01	4.928,99
ENCARGOS PATRONAIS	2.650.000,00	2.270.737,20	2.270.737,20	379.262,80
INSS Patronal	1.850.000,00	1.601.086,32	1.601.086,32	248.913,68
FGTS	700.000,00	594.052,20	594.052,20	105.947,80
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	100.000,00	75.598,68	75.598,68	24.401,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.442.000,00	7.306.701,76	7.306.701,76	3.135.298,24
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.636.000,00	2.306.549,09	2.306.549,09	329.450,91
Auxílio Transporte	300.000,00	201.576,45	201.576,45	98.423,55
Auxílio Refeição	1.310.000,00	1.162.490,70	1.162.490,70	147.509,30
Plano de Saúde	920.000,00	873.424,40	873.424,40	46.575,60
Auxílio Odontológico	6.000,00	5.229,76	5.229,76	770,24
Auxílio Creche	50.000,00	41.827,78	41.827,78	8.172,22
Lanche In Natura	50.000,00	22.000,00	22.000,00	28.000,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.719.000,00	1.332.502,12	1.332.502,12	386.497,88
MATERIAL DE CONSUMO	167.000,00	76.641,09	76.641,09	90.358,91
Materiais de Expediente	10.000,00	4.840,76	4.840,76	5.159,24
Impressos, Formulários e Papéis	5.000,00	4.985,43	4.985,43	14,57
Suprimentos de Informática	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Materiais Elétricos e de Telefonia	30.000,00	15.400,00	15.400,00	14.600,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc	Diferença
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Material de Copa e Cozinha	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.000,00	4.875,00	4.875,00	125,00
Gêneros Alimentícios	30.000,00	14.289,93	14.289,93	15.710,07
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	35.000,00	22.037,22	22.037,22	12.962,78
Combustíveis e Lubrificantes	22.000,00	10.212,75	10.212,75	11.787,25
Peças e Acessórios Automotivos	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Máquinas e Aparelhos de Pequeno Valor	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	140.000,00	123.106,03	123.106,03	16.893,97
Serviços de Pessoas Físicas Diversos	140.000,00	123.106,03	123.106,03	16.893,97
DIÁRIAS	1.412.000,00	1.132.755,00	1.132.755,00	279.245,00
Diárias e Adicionais de Deslocamentos a Conselheiros	1.000.000,00	844.844,00	844.844,00	155.156,00
Diárias e Adicionais de Deslocamentos a Colaboradores	50.000,00	10.088,00	10.088,00	39.912,00
Diárias e Adicionais de Deslocamentos a Empregados	200.000,00	194.343,00	194.343,00	5.657,00
Jetons a Conselheiros	162.000,00	83.480,00	83.480,00	78.520,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	6.087.000,00	3.667.650,55	3.667.650,55	2.419.349,45
Serviços de Limpeza, Conservação e Segurança	50.000,00	13.045,00	13.045,00	36.955,00
Serviços de Medicina do Trabalho	30.000,00	14.029,64	14.029,64	15.970,36
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional	50.000,00	3.151,00	3.151,00	46.849,00
Serviços de Intermediação de Estágios	10.000,00	4.000,00	4.000,00	6.000,00
Seguros em geral	10.000,00	7.019,50	7.019,50	2.980,50
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	135.000,00	20.000,00	20.000,00	115.000,00
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis/móveis	5.000,00	680,00	680,00	4.320,00
Manutenção e Conservação de Veículos	10.000,00	2.569,00	2.569,00	7.431,00
Serviços de Energia Elétrica	100.000,00	68.000,00	68.000,00	32.000,00
Serviços de Água e Esgoto	60.000,00	25.401,42	25.401,42	34.598,58
Serviços Postais	110.000,00	40.000,00	40.000,00	70.000,00
Serviços de Telecomunicações	125.000,00	120.538,18	120.538,18	4.461,82
Serviços de Internet e Data Center (CIN)	145.000,00	58.959,98	58.959,98	86.040,02
Serviços de Manutenção de Software e Hardware (CIN)	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Assinaturas de Jornais e Periódicos	5.000,00	1.621,90	1.621,90	3.378,10
Publicações de Editais Anúncios e Matérias	40.000,00	38.164,93	38.164,93	1.835,07
Impressos Gráficos e Encadernações	20.000,00	19.545,80	19.545,80	454,20
Inscrições e Registros em Entidades Afins	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.400.000,00	881.899,62	881.899,62	518.100,38
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres a Conselheiros	1.000.000,00	571.494,02	571.494,02	428.505,98

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc	Diferença
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres a Colaboradores Eventuais	100.000,00	98.178,24	98.178,24	1.821,76
Passagens Aéreas, Marítimas e Terrestres p/ Empregados a Serviço	300.000,00	212.227,36	212.227,36	87.772,64
SERVIÇOS E OUTRAS DESPESAS ATRIBUÍDAS A EVENTOS E PROJETOS	1.542.000,00	764.614,43	764.614,43	777.385,57
Campanha de Valorização do Administrador	160.000,00	136.822,26	136.822,26	23.177,74
Eleições Sistema CFA/CRA's	500.000,00	266.032,05	266.032,05	233.967,95
Encontros Regionais dos Profissionais de Administração	95.000,00	80.000,00	80.000,00	15.000,00
CFA/PLAY SÉRIES	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00
CFA/PLAY ADM EM PAUTA	105.000,00	9.100,05	9.100,05	95.899,95
CFA/PLAY ENTREVISTA	11.000,00	20,07	20,07	10.979,93
PORTAL MODELO	88.000,00	28.356,00	28.356,00	59.644,00
ENDOMARKETING	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
SESSÕES SOLENES NA CÂMARA/SENADO FEDERAL	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
PRES - PRESIDÊNCIA	326.000,00	112.157,00	112.157,00	213.843,00
ENCONTRO NACIONAL DE FISCAIS DO SISTEMA CFA/CRA's	160.000,00	132.127,00	132.127,00	27.873,00
REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO - RBA	48.000,00	47.400,00	47.400,00	600,00
Fotolitagem e Impressão da RBA	48.000,00	47.400,00	47.400,00	600,00
Serviços de Manutenção de Sistemas Implanta	50.000,00	25.713,82	25.713,82	24.286,18
Marcas, Patentes e ISO	30.000,00	7.905,56	7.905,56	22.094,44
Manutenção de Software Departamento Pessoal	420.000,00	399.680,00	399.680,00	20.320,00
Manutenção de Aparelhos Condicionadores de Ar	25.000,00	20.979,58	20.979,58	4.020,42
Manutenção de Elevadores	9.000,00	8.640,00	8.640,00	360,00
Licenças de Software (CIN)	128.000,00	76.107,87	76.107,87	51.892,13
Tecnologia da Informação - Assinatura de Soluções	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Manutenção de Nobreak	55.000,00	49.582,08	49.582,08	5.417,92
Serviços de Auditoria	200.000,00	120.226,00	120.226,00	79.774,00
Serviços de Assessoria Parlamentar	150.000,00	133.785,59	133.785,59	16.214,41
Fretes e Transportes de Encomendas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Custeio na Realização e Apoio a Reuniões	210.000,00	131.475,30	131.475,30	78.524,70
Serviços Gráficos - Plano de Trabalho e Relatórios	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços de Mídia na Divulgação da Profissão de Administrador	20.000,00	8.574,81	8.574,81	11.425,19
Manutenção de Instalações	100.000,00	36.299,40	36.299,40	63.700,60
Web Rádio ADM	420.000,00	410.000,00	410.000,00	10.000,00
Assinaturas de Correios Eletrônicos	60.000,00	45.166,36	45.166,36	14.833,64
Ferramenta de envio de e-mail Marketing	25.000,00	22.873,78	22.873,78	2.126,22
Envio de Mensagens SMS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Serviços de Reavaliação Patrimonial	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc	Diferença
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00	0,00	0,00	500,00
TRIBUTOS	500,00	0,00	0,00	500,00
Taxas Diversas	500,00	0,00	0,00	500,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	39.000,00	8.685,10	8.685,10	30.314,90
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	24.000,00	8.255,35	8.255,35	15.744,65
Honorários de Sucumbência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Custas Processuais	5.000,00	429,75	429,75	4.570,25
SERVIÇOS BANCÁRIOS	10.000,00	6.000,23	6.000,23	3.999,77
Tarifas de Serviços Bancários	10.000,00	6.000,23	6.000,23	3.999,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
Outras Transferências	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
Repasso de Recursos de Convênio PRODER	1.673.000,00	1.598.278,00	1.598.278,00	74.722,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	410.000,00	47.858,64	47.858,64	362.141,36
INVESTIMENTOS	140.000,00	47.858,64	47.858,64	92.141,36
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	90.000,00	47.858,64	47.858,64	42.141,36
Mobiliário em Geral	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Máquinas, Motores e Aparelhos	20.000,00	12.745,56	12.745,56	7.254,44
Equipamentos de Processamento de Dados (CIN)	50.000,00	35.113,08	35.113,08	14.886,92
INTANGÍVEL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Sistemas de Informática	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
BENS IMÓVEIS	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Instalações	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Reserva de Contingência	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00

Total: **28.092.500,00** **22.050.936,43** **22.050.936,43** **6.041.563,57**

Anexo VIII - Notas Explicativas

Contexto Operacional

O Conselho Federal de Administração - CFA, localizado no setor de autarquias sul quadra 1 bloco L Edifício Conselho Federal de Administração - CFA– Brasília-DF, dotado de personalidade jurídica de direito público, funciona como Autarquia Federal Especial, com imunidade tributária e autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 4.769, de 09 setembro de 1965, regulamentada pelo decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de administrador e a fiscalização das atividades prestada no campo da administração por pessoas físicas e jurídicas.

O Conselho Federal de Administração (CFA) com sede em Brasília/DF, e os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, constituem o Sistema CFA/CRAs.

O CFA é o órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador das atividades abrangidas pela Lei nº 4.769/1965, bem como controlador e fiscal das atividades administrativas e financeiras do Sistema CFA/CRAs.

Por meio da resolução normativa CFA nº 527, de 07 de dezembro de 2017 foi instituído o Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração (PRODER), visando prover recursos financeiros para execução de projetos apresentados pelas entidades integrantes do Sistema CFA/CRAs, na forma do presente regulamento.

O PRODER constitui-se em um meio para fortalecer a atuação e os resultados dos Conselhos Regionais de Administração, com a finalidade de apoiar financeira e tecnicamente seus projetos de desenvolvimento institucional na visão ampla da fiscalização, infraestrutura física e tecnológica e de inovação na busca contínua por resultados de eficiência, eficácia e efetividade dos mesmos, com vistas ao desempenho integrado de suas funções.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, no exercício de 2020, são: o Balanço Patrimonial (BP); a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); o Balanço Financeiro (BF); o Balanço Orçamentário (BO); a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e as Notas Explicativas (NE). Os dados foram extraídos do Sistema de Controle Contábil, Orçamentário e Despesas (Siscont.net), desenvolvido pela empresa Implanta Informática Ltda.

A prestação de contas anual do CFA é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e na Decisão Plenária nº PL- 0077/2014, alterada pela Decisão Plenária nº PL-2327/2015 e posteriormente pela Decisão Plenária nº PL-0064/2019.

As demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração (CFA) e dos Conselhos Regionais de Administração (CRA's) não são consolidadas, visto que cada Conselho possui autonomia administrativa e financeira. As operações realizadas entre os entes do Sistema CFA/CRA's são consideradas "transferências interconselhos", as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado "transferidor") a outro (chamado "beneficiário" ou "recebedor"). As transferências podem ser voluntárias, neste caso, destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes do Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração - PRODER, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 527, de 07/12/2017.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Conselho Federal não fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

No exercício de 2020, ocorreram reavaliações nos bens móveis e em 2018 todos os bens imóveis foram reavaliados, de acordo com laudo de avaliação.

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. Para a constituição das provisões judiciais, o CFA considera o posicionamento formal encaminhado por sua Procuradoria Jurídica.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das operações do Conselho Federal.

Cabe ressaltar que para fim de Notas Explicativas, os valores estão apresentados na base de Reais Mil (R\$ Mil) e de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CFA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicado ao setor público brasileiro, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Financeiro (BF); Balanço Orçamentário (BO); e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir, de forma uniforme e comparativa com o exercício anterior, cabendo ressaltar que as políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição específica em contrário.

BALANÇO PATRIMONIAL

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho Federal na data de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final de cada exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados (patrimônio líquido) da gestão patrimonial, ao longo de vários exercícios.

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Administração, em consonância ao que dispõe o §3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“ § 3º - as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Os recursos disponíveis são mantidos, exclusivamente, em bancos oficiais (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento e renda fixa, classificados como conservadores, sendo os rendimentos registrados em contas de resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez diária e foram mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Disponibilidades	R\$ mil	
Títulos	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.806	5.625
Conta movimento	45	498
Aplicações financeiras	6.760	5.127

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo

Os direitos provenientes dos valores de cota-parte a receber dos Conselhos Regionais são avaliados pelo valor realizável. O montante de cota-parte é o exemplo de transferência legal “interconselhos”.

A quota-parte a que se refere o art. 10 da Lei 4.769/65 incide sobre anuidades, taxas e multas, bem como sobre aquelas receitas diversas que se relacionem com a atividade-fim da Autarquia, tais como correção monetária e juros sobre anuidades, taxas, multas e emolumentos inscritos na dívida ativa administrativa ou judicial, arrecadadas pelos Conselhos Regionais

Os valores a receber de curto e longo prazo são registrados pelo valor original, sendo atualizados na data do Balanço Patrimonial, quando aplicável, não tendo sido utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Pública.

O Conselho Federal não constitui provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Os empréstimos foram concedidos pelo CFA com a finalidade de apoio financeiro a Conselho Regional e estão contabilizados pelo valor atualizado, de acordo com os contratos firmados.

Títulos	mil	mil
	2020	2019
Créditos a Curto Prazo	3.002	10.774
Créditos de convênios proder-2013 a 2019 junto ao CFA	2.760	10.254
Empréstimos concedidos aos CRAs	242	520

Demais créditos e valores a curto prazo

Títulos	2020	2019
Demais Créditos e Valores de curto Prazo	1.364	1.638
Adiantamento concedido a pessoal terceiros	1	6
Depósitos restituíveis e valores vinculados	32	32
Créditos Diversos Junto ao CRA/PA a Receber (Dívida Ativa)	1.329	1.589

Nota Explicativa 3

Imobilizado

O ativo imobilizado está segregado em três grupos: bens móveis, imóveis e intangíveis. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente.

O imóvel de propriedade do CFA foi reavaliado a valor de mercado no exercício de 2018.

Em novembro de 2020, conforme processo SEI 476900.004069/2020-61, foi aberto processo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inventário físico de ativo imobilizado, conciliação do patrimônio físico com os registrados na contabilidade e apontamentos dos ajustes a ser realizados, avaliação de mercado dos bens móveis de acordo com a NBC T 19.6 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidade do Setor Público) e colocação de novas placas de identificação patrimonial e tombamento, confeccionadas com número e código de barras, para controle dos bens, a ser realizado na sede do CFA, localizada no Setor de Autarquias Sul - Quadra 1 - Bloco L, Brasília/DF. A empresa vencedora do certame foi a CWE SOLUCOES CONTABILIDADE E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ 10.286.598/0001-80, No fechamento das demonstrações contábeis para prestação de contas do exercício de 2020, ainda não tínhamos o laudo técnico e o relatório para fazermos os devidos lançamentos contábeis, com isso os ajustes serão lançados no 1º trimestre de 2021.

LINHAS TELEFÔNICAS - Aquisição linhas telefônicas pelo valor de R\$ 618,46, antes das grandes privatizações do final dos anos 1990 e da evolução tecnológica, gerando ações de empresas de telefonia, Telebrás, listadas na B3, a Bolsa de Valores brasileira.

A Telebras vendia os papéis para se financiar e, só então, cedia aos compradores dessas ações alinha telefônica.

Imobilizado	R\$ mil	
Títulos	2020	2019
Imobilizado - Bens Móveis	4.704	4.725
Mobiliário em geral	927	927
Obras de Artes	14	14
Máquinas, motores e aparelhos	3.321	3.341
Biblioteca	10	10
Bens de informática	287	287
Brasões, Insigneas, Flamulas e Bandeiras	3	3
Central Telefônica	27	27
Veículos	112	112

Títulos	2020	2019
Imobilizado - Bens Imóveis	22.804	22.804
Terrenos	6.900	6.900
Edificio Sede do CFA - SAS Quadra 01 Bloco L	15.904	15.904

Títulos	2020	2019
Imobilizado – Intagíveis	334	334
Sistemas de Informática	333	333
Linhas Telefônicas	0,6	0,6
Sistemas de Informática		

Títulos	2020	2019
Imobilizado – Depreciação acumulada bens móveis	1.778	1.413
(-) Depreciação acumulada Mobiliário em geral	338	296
(-) Depreciação acumulada Obras de Artes		
(-) Depreciação acumulada Máquinas, motores e aparelhos	1.215	899
(-) Depreciação acumulada Biblioteca	1	1
(-) Depreciação acumulada Bens de informática		
(-) Depreciação acumulada Brasões, Insigneas, Flamulas e Bandeiras		
(-) Depreciação acumulada Central Telefônica	22	20
(-) Depreciação acumulada Veículos	89	77
(-) Depreciação Acumulada de Sistema de Informatica	110	107

Nota Explicativa 4

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo

Corresponde às obrigações relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais a Pagar, as quais são reconhecidas pelo valor original.

As obrigações com Encargos Sociais a Pagar são registradas pelo regime de competência e os recolhimentos são feitos de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

Nota Explicativa 5

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Representam as obrigações assumidas e inscritas em Restos a Pagar Processados, em circulação ao final do exercício de 2020, a serem pagas no exercício seguinte.

No exercício de 2020, as obrigações de curto prazo foram, integralmente, inscritas em Restos a Pagar Processados, com base nas informações dos fiscais de contratos e nos termos dos convênios firmados pelo Conselho Federal.

Nota Explicativa 6

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Este grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, decorrentes das retenções de tributos federais, contribuições previdenciárias e impostos sobre serviços, em conformidade com as legislações vigentes, calculadas sobre os pagamentos de fornecedores de bens e/ou serviços, cujos recolhimentos são efetuados, de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher refere-se a Imposto de Renda (IRRF) e Contribuições Previdenciárias (INSS) retidos de empregados na folha de pagamento.

Nota Explicativa 7

Recursos do PRODER Devolvidos (Não utilizados)

Esse grupo apresenta devolução de recursos do proder que por algum motivo não foram utilizados, tais valores totalizam R\$ 155.038,12.

Nota Explicativa 8

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit (ou déficit) patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores, quando houver.

O resultado patrimonial do exercício de 2020 apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 8.182.383,64, apurado com base no regime de caixa para as receitas e regime de competência para as despesas, atendendo às normas de contabilidade em vigor.

Patrimônio Líquido	R\$ mil	
Títulos	2020	2019
Superávit Financeiro	8.182	5.824
Superávit Financeiro	8.182	5.824

Nota Explicativa 9

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado no Balanço Patrimonial (BP), em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. No exercício de 2020, foi apurado Superávit Financeiro, no CFA, no valor de R\$ **8.182.383,64**.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou

diminuem o patrimônio líquido. Já o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial		R\$ mil	
Resultado Patrimonial	2020	2019	
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	23.869	35.096	
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	30.849	40.854	
(=) Superávit Patrimonial (+) ou Déficit Patrimonial (-)	(6.979)	(5.758)	

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro, pode ser apurado diretamente pela diferença entre a disponibilidade do exercício atual e a do exercício anterior, ou pelas fontes de ingressos e dispêndios.

O resultado financeiro, apurado pelos ingressos e dispêndios, leva em consideração apenas os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, realizados no exercício. Por este motivo, não deve ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro, que é apurado no Balanço Patrimonial.

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários, são evidenciados, especialmente, os valores inscritos em restos a pagar e os pagamentos de exercícios anteriores, inclusive os cancelamentos de restos a pagar, a movimentação de depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, entre outros.

Resultado Financeiro - Disponibilidades		R\$ mil	
Resultado Financeiro - Disponibilidades	2020	2019	
(+) Saldo em espécie para o exercício seguinte	6.839	5.658	
(-) Saldo em espécie do exercício anterior	(5.658)	(9.527)	
(=) Resultado Financeiro - Disponibilidades	1.181	(3.869)	

Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios		R\$ mil	
Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios	2020	2019	
(+) Receitas orçamentárias	23.045	27.073	
(-) Despesas orçamentárias	(22.050)	(31.361)	
(+) Recebimentos extraorçamentários	13.966	19.370	

(-) Pagamentos extraorçamentários	(13.780)	(18.950)
(=) Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios	1.181	(3.868)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, previstas e realizadas, detalhadas em níveis relevantes de análise, e reflete também as alterações do orçamento original, quando houver a aprovação de créditos adicionais, previstos no título Vda Lei nº4.320/1964.

O confronto entre o total das receitas arrecadadas e o total das despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (superávit orçamentário) ou negativo (déficit orçamentário).

O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário foi extraído do Balanço Orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 995.051,91, no exercício de 2020.

No âmbito orçamentário, o déficit ocorre quando as despesas empenhadas superam as receitas arrecadadas, que significa que os gastos foram superiores ao arrecadado no exercício.

Neste caso, parte do Superávit Financeiro Acumulado de 2019 foi utilizada como fonte de recursos para o empenhamento das despesas aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

Resultado Orçamentário	R\$ mil	
Resultado Orçamentário	2020	2019
(+) Receitas arrecadadas	23.045	27.073
(-) Despesas empenhadas	(22.003)	(30.250)
(=) Resultado Orçamentário	1.042	(3.177)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.